

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DAS
RELAÇÕES POLÍTICAS

ABNER MADEIRA WOTKOSKY

OTTO HINTZE E O ESTADO NACIONAL NA HISTORIOGRAFIA
ALEMÃ (1888-1931)

VITÓRIA,
2020

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DAS RELAÇÕES
POLÍTICAS

ABNER MADEIRA WOTKOSKY

OTTO HINTZE E O ESTADO NACIONAL NA HISTORIOGRAFIA
ALEMÃ (1888-1931)

Dissertação de mestrado apresentada junto ao Programa de Pós Graduação em História Social das Relações Políticas, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em história, sob a orientação do Prof. Dr. Ueber José de Oliveira.

VITÓRIA,

2020

ABNER MADEIRA WOTKOSKY

OTTO HINTZE E O ESTADO NACIONAL NA HISTORIOGRAFIA ALEMÃ (1888-1931)

Dissertação de mestrado apresentada junto ao Programa de Pós graduação em História Social das Relações Políticas, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História, sob a orientação do Prof. Dr. Ueber José de Oliveira.

COMISSÃO EXAMINADORA:

Prof. Dr. Ueber José de Oliveira
Universidade Federal do Espírito Santo
Orientador

Prof. Dr. Marcelo Durão Rodrigues da Cunha
Instituto Federal do Espírito Santo
Examinador externo

Prof. Dr. Júlio César Bentivoglio
Universidade Federal do Espírito Santo
Examinador interno

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de
Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

W936 Wotkosky, Abner Madeira, 1991-
o Otto Hintze e o estado nacional na historiografia alemã
(1888-1931) / Abner Madeira Wotkosky. - 2020.
99 f.

Orientador: Ueber José de Oliveira.
Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do
Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Historiografia. 2. Estado Nacional. 3. Nacionalismo. 4.
Historicismo. I. Oliveira, Ueber José de. II. Universidade
Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e
Naturais. III. Título.

CDU: 93/99

AGRADECIMENTOS

Enquanto escrevo essas palavras, me recordo que 10 anos atrás passei no vestibular da UFES. Com o fim dessa dissertação é mais um ciclo que se encerra nesse percurso, cujo término não seria possível sem o apoio de diversas pessoas que fizeram parte de cada momento, e eu só tenho a agradecer.

Em primeiro lugar aos professores, que tanto me ensinaram e permitiram o meu crescimento intelectual ao longo dos anos. Ao meu orientador, Ueber José de Oliveira, por toda a generosidade e apoio, sem as quais o término deste trabalho não seria possível. Também agradeço a Júlio Bentivoglio e Marcelo Durão Rodrigues da Cunha, por gentilmente aceitarem participar da banca de qualificação e retornar para a defesa. Ao longo desses 10 anos, entre a graduação e o retorno para a realização da pós-graduação depois de um intervalo de alguns anos, muitos outros professores tiveram um importante papel na minha formação e estendo aqui o agradecimento a Geraldo Antônio Soares, Fábio Muruci dos Santos, Josemar Machado, Augusto de Carvalho e tantos outros e outras que estiveram nessa caminhada.

Agradeço também ao Programa de Pós-Graduação em História da UFES, do ponto de vista dos docentes e institucional, e a própria Universidade como um todo. Em meio a um período tão sombrio de nossa história, com tantos ataques a academia e aos setores que a compõem, é através do esforço e do trabalho de todas e todos que fazem parte do corpo de profissionais desse sistema público de ensino que poderemos sobreviver e dar a sociedade o retorno esperado. Faço menção nesse sentido também a CAPES e a FAPES que ajudaram com o financiamento de minha pesquisa e fazem parte das tantas outras milhares de pessoas, que se empenham para produzir ciência em um país que desvaloriza esse conhecimento em diversos momentos.

Não posso deixar de agradecer, obviamente, aos amigos e amigas que fiz nessa jornada. Em primeiro lugar, aos membros do Laboratório de Estudos em Teoria da História e História da Historiografia, em especial a Weverton Amaral, Taynna Marino e Wesley Ribeiro: muito, muito obrigado pela amizade, o acolhimento e o companheirismo nesses últimos anos.

Entre a graduação e a pós passaram muitas pessoas importantes na minha trajetória, e em especial agradeço aqueles e aquelas que marcaram esses 3 últimos anos, desde que retornei à UFES: Filipe Lomba, Hugo Ricardo Merlo, Thiago Brito, Júlia Freire, Rusley Biasutti, Luciana Carvalho, Leonardo Foletto, João Carlos Furlani e tantas outras pessoas que, de certa forma, acrescentaram algo para esse trabalho e na convivência; seja estudando junto, conversando na mesa de bar ou dando algum tipo de conselho. O agradecimento se estende a todas as pessoas com quem pude compartilhar os anos da graduação, sendo injusto citar alguém e acabar esquecendo de outros; mas falando em graduação, faço menção a todos os membros da turma 2010/1: muito obrigado pelos excelentes anos que compartilhamos juntos.

Agradeço a minha mãe, Selma, por me apoiar nas batalhas da existência ao longo desses quase 30 anos. As palavras não seriam suficientes pra expressar o quanto eu sou grato por tê-la em minha vida, seja nos bons ou maus momentos; aproveito e agradeço a todos os meus familiares, dos mais aos menos próximos, por me ajudarem na minha formação de caráter e enquanto ser humano.

Por fim, agradeço ao meu pai, Wilson (*in memoriam*) e a todos os meus familiares e amigos que se foram nesses últimos anos. Sem o apoio dele, dizendo que eu deveria voltar a Universidade para o mestrado, esse momento não seria possível.

RESUMO

A presente dissertação tem por objetivo, a partir do pressuposto de que a atual atmosfera do campo historiográfico permite reflexões importantes sobre o fazer histórico, as bases da disciplina e seu papel político-social no Ocidente, promover uma avaliação das narrativas históricas do desenvolvimento dos Estados nacionais na Europa, uma temática basilar da disciplina dentro do contexto de cientificação e consolidação no seio do pensamento nacionalista entre o século XIX e meados do XX. A Historiografia alemã causa particular interesse quando falamos das produções históricas nacionalistas, nesse período, por todo o contexto de formação da disciplina na Alemanha e as questões políticas do país. O exemplo fundamental que surge como objeto nesse trabalho é a obra do historiador Otto Hintze, cujo período de atividade se deu entre o final da década de 1880 e o fim da República de Weimar, no início dos anos 1930. Os ensaios de Hintze são interessantes como forma de análise de abordagens da Historiografia alemã sobre a história dos Estados nacionais europeus em diferentes momentos. A hipótese, nesse caso, é de que o antes e o depois da Primeira Guerra Mundial representam uma transição fundamental na obra do autor, passando de uma centralidade da Prússia como paradigma de um modelo geral de narrativa da formação dos Estados nacionais para uma revisão desse modelo, com a ascensão do "mal estar historiográfico" provocado pelo fim da guerra e a nova ordem política estabelecida nos anos 1920, o que pôde ser concluído a partir dos ensaios publicados por Hintze ao longo de sua carreira. Como principais referenciais teórico-metodológicos, me foi central o debate sobre os conceitos de nação, nacionalismo e Estados nacionais enquanto fenômenos modernos a partir da perspectiva de autores como Benedict Anderson, Reinhart Koselleck e Jürgen Habermas, e também as ferramentas da História da Historiografia, tanto em uma perspectiva mais clássica como a de Michel de Certeau, como em uma leitura que pensa esse campo numa dimensão autônoma dentro da disciplina.

Palavras-chave: História da historiografia; Historiografia alemã; Otto Hintze; História dos Estados nacionais.

ABSTRACT

The present dissertation aims to promote an evaluation of the historical narratives of the national States development in Europe, as this was a basic theme of the discipline in the context of scientification and consolidation of nationalistic thinking between the 19th and the middle of the 20th centuries. This analysis departs from the assumption that the current atmosphere of the historiographical field allows for important reflections about the historiographical practice, the theoretical basis of the discipline and the socio-political role it played in the West. German historiography is a subject of particular interest in this regard, especially for the relation of the formation of the historical discipline in Germany and the political questions of the country in a context of emergence of numerous nationalistic historical productions. The example that arises as the subject matter of this dissertation is the work of the historian Otto Hintze, who remained intellectually active between the 1880s and the end of the Weimar Republic in the early 1930s. Hintze's essays are interesting as a source of analysis on how German historiography approached the National-State issue in different moments. The hypothesis, in this case, is that the First World War represented a fundamental break on his work as a historian, when Hintze's outlook changed from a Prussian-oriented approach as a paradigm for narrating the forming of the National States to a review of this model, caused by the emergence of a new political order and the rise of a "historiographical malaise" in the post-1918 period. These conclusions could be drawn with an analysis of the essays that were published throughout the historian's career. My main theoretical-methodological references were the debates about the concepts of nation, nationalism and national States as modern phenomena, from the perspective of authors like Benedict Anderson, Reinhart Koselleck and Jurgen Habermas, as well as the tools provided by the History of Historiography, both in the classical perspective of Michel de Certeau and in a perspective that understands this research field as an autonomous field within the historical discipline.

Keywords: History of historiography; german historiography; Otto Hintze; history of the national states.

SUMÁRIO

Introdução	p.8
Capítulo 1- A formação intelectual de Hintze e a interpretação de sua obra	p.27
Otto Hintze(1861-1940): síntese biográfica e trajetória intelectual-----	p.27
As interpretações da obra de Hintze e sua proximidade com Max Weber----	p.40
Capítulo 2 - Da ascensão Guilhermina à Grande Guerra Mundial: o Estado Nacional Prussiano como paradigma para a historiografia de Otto Hintze ---	p.43
Os debates do final do século XIX e as primeiras contribuições teóricas de Hintze	p.47
O Paradigma Prussiano: o militarismo como elemento-chave da modernidade nacional europeia	p.54
A Primeira Guerra Mundial, a crítica ao Borussianismo e o problema da política externa	p.61
O aperfeiçoamento e o colapso da hipótese borussianista: uma síntese	p.64
Capítulo 3- Do relativismo histórico ao tipo ideal de Estado moderno-----	p.65
A crise intelectual em Weimar: nacionalismo versus europeísmo-----	p.66
A resposta de Hintze para o dilema do relativismo historicista-----	p.70
As configurações tipológicas dos sistemas estatais no Ocidente-----	p.73
O Estado moderno enquanto tipo ideal numa estrutura quádrupla-----	p.76
O historiador frente ao seu tempo: Otto Hintze e um diagnóstico sobre o futuro do Estado nacional	p.83
Considerações finais	p.88
Referências bibliográficas	p.92

INTRODUÇÃO

Berlim, 21 de Maio de 1933- Otto Hintze para Friedrich Meinecke:

Caro amigo,

Após o seu anúncio acerca da situação na *Historische Zeitschrift*, na quinta feira passada, eu estava preparado para a virada que agora ocorreu. Eu compreendo e aprecio os motivos subjacentes a sua política editorial, mas de minha parte não posso, obviamente, aprovar ou colocar meu nome nisso. Eu assumo, portanto, que você irá considerar uma questão lógica que eu formalmente requeira que o meu nome seja removido da página inicial no próximo número. Eu também quero evitar parecer estar fazendo concessões para uma tendência político-cultural cujo objetivo declarado, entre outras coisas, é garantir que o ano de 1789 seja apagado da história mundial e que, daqui a cinquenta anos, ninguém na Alemanha saiba o que a palavra Marxismo significa.

Do ainda assim, seu velho amigo,

Otto Hintze¹.

Eram passados quase quatro meses da ascensão nazista ao poder quando o então septuagenário historiador Otto Hintze (1861-1940) escreveu esta carta, cujo fragmento encontra-se na epígrafe acima. O avanço do partido sobre as instituições alemãs seguia a pleno vapor, dando realidade aos ideais que seus líderes expressaram ao longo da década anterior. O também historiador Friedrich Meinecke (1862-1954), na época editor da revista *Historische Zeitschrift*, se viu obrigado a tomar uma posição, dados os ataques do novo governo à presença judaica na academia, nos órgãos e instituições em geral. Sua decisão pôs em xeque a amizade que os dois cultivaram durante décadas, uma vez que a esposa de Hintze, Hedwig², que vinha de uma família de origem judia, foi sumariamente excluída do quadro de escritores regulares da revista, e avisada em uma carta no dia anterior ao da carta de Hintze.

¹ A carta citada faz parte de uma coletânea de correspondências editada por Gehard Ritter(2010), referentes a comunicações envolvendo os alunos e colegas do historiador Friedrich Meinecke, entre início e meados do século XX.

² Hedwig Hintze(1884-1942), nascida Hedwig Guggenheimer, foi uma historiadora alemã especialista na história das instituições estatais na França, em especial durante o contexto da Revolução Francesa, e foi a primeira mulher a se estabelecer em uma cadeira no curso de História da Universidade de Berlim.

As palavras escolhidas por Hintze para exemplificar o que pensava sobre as consequências da política Nacional-Socialista são um exemplo da atmosfera que imperava entre aqueles que buscaram, sobretudo de um ponto de vista intelectual, se alinhar ao status democrático da precocemente decaída República Alemã. De uma perspectiva historiográfica, essas mesmas palavras demonstram os limites éticos que uma política do tempo³ pautada na questão nacional traz, questão essa fundamental para compreendermos os modos com os quais a historiografia disciplinar se articula desde o período oitocentista.

"Ainda cremos em história?" O questionamento feito por François Hartog, em um de seus últimos livros (HARTOG,2017,p.9), revela uma dimensão específica quanto ao modo pelo qual é possível interpretar a relação entre o homem ocidental e a ação de se pensar o mundo historicamente, ao menos de um ponto de vista tido como moderno.

Pensada nessa perspectiva, a história é vista como uma forma privilegiada de compreender as experiências humanas, tanto subjetivas e individuais quanto coletivas e sociais, e seu desenvolvimento é considerado como a mais importante revolução da era moderna (GADAMER,2003,p.17). A interrogação acima, porém, revela algo além da própria noção moderna de história: é a constatação de que existe uma crise em jogo, na prática disciplinar. Em um sentido antinômico⁴, é uma crise tanto de caráter epistemológico quanto de caráter político.

A presente dissertação nasceu de uma série de questionamentos acerca da relação entre o passado histórico e as formas de legitimação do poder político no mundo contemporâneo.

³ Aqui estou pensando a categoria de "política do tempo" a partir das considerações do historiador Peter Osborne(1995), versando sobre os efeitos e características políticas adquiridas por determinadas formas de temporalização do conhecimento histórico.

⁴ Como é explicado pela percepção de Allan Megill(2013), entende-se a noção de antinomia como uma contradição interna a uma determinada construção de conhecimento, onde duas proposições (argumentativas, hipotéticas, etc), que pretendem ter determinado caráter de legitimidade, se contrapõem gerando um cenário de crise ou perda de sentido. Ficando com um exemplo no caso da historiografia, uma antinomia observada no século XIX era entre um modelo explicativo mais próximo ao das ciências naturais e a constituição de uma identidade própria das ciências humanas ou históricas, como fica claro nas proposições feitas por Johann Gustav Droysen e Wilhelm Dilthey.

A partir disso, a questão nacional sempre me pareceu ter um determinado lugar privilegiado, por ser um dos componentes centrais da identidade social contemporânea. Se, primeiramente, teve seu lugar de origem na Europa do século XIX, logo se espalhou como modo de representação política de um mundo que foi posto violentamente, inclusive, sob o signo da temporalidade moderna do velho continente⁵.

O atual clima da disciplina histórica traz possibilidades para se discutir as bases da produção historiográfica tradicional, à luz de uma crítica que pensa os lugares políticos das reflexões produzidas pelos historiadores. Nesse sentido, a produção de um discurso acerca da formação dos Estados Nacionais é um objeto basilar, pelo fato da própria historiografia ter se institucionalizado à sombra da necessidade dos Estados se legitimarem em uma ordem secular, racionalista e temporal. O caso alemão e, mais especificamente, o da obra de Otto Hintze, merece destaque por alguns aspectos.

O primeiro deles é o da centralidade da historiografia alemã naquilo que concerne às bases teóricas e epistemológicas da disciplina, desde os tempos em que as consequências da Revolução Francesa e dos ideais iluministas se faziam sentir pela Europa afora. O fenômeno compreendido como “Historicismo”, isto é, a própria condição da consciência histórica moderna, que leva em consideração a compreensão da existência sob a perspectiva do individualismo histórico (ANKERSMIT, 2012, p.1-3), apesar de não ser uma exclusividade das reflexões de língua alemã, faz parte do rol de ideias que historiadores alemães ajudaram a desenvolver e que tiveram papel fundamental no entendimento do que está posto no ofício dos historiadores.

O segundo aspecto leva em consideração que as reflexões sobre o papel dessa tradição intelectual, muitas vezes, são atravessadas por equívocos e lugares-comuns, que resumem uma constelação de ideias a termos vagos como “historiografia positivista”. Ainda existe uma visão bastante reducionista acerca da historiografia alemã, e como veremos o próprio percurso intelectual

⁵ Em alguma medida, me alinho aqui a refletir sobre essa percepção de que existe um caráter eminentemente histórico nas formas de se experimentar e pensar o tempo a partir das características estudadas desde o segundo pós guerra, por autores como Reinhart Koselleck, Hans Ulrich Gumbrecht e François Hartog.

de Otto Hintze é um exemplo da complexidade de linhas de pensamento dessa historiografia.

Por fim, através da obra e da trajetória intelectual de Hintze é possível compreender tanto um exemplo de possíveis reações da historiografia disciplinar a momentos de crise social quanto às mudanças ocorridas no modo como as humanidades lidam com as nações e Estados enquanto objeto e elemento de configuração política.

É possível afirmar que ambos os problemas surgiram a partir da reflexão sobre um elemento comum da antinomia epistemológica e política da historiografia nas últimas décadas: o entendimento dos limites acerca da pretensão de se compreender objetivamente o passado e sincronizar as experiências humanas em um tempo singular. Longe de ser algo universal, tal pretensão faz parte das características de um conceito moderno de história que, dentro da história da historiografia, foi cada vez mais associado a uma perspectiva eurocêntrica, e nesse sentido ligada a construção de um discurso acerca do desenvolvimento dos Estados Nacionais modernos e sua legitimidade dentro de um processo histórico maior. Como nos dizeres perspicazes de Hayden White, em seu texto *A poética da história*,

[...] a consciência histórica de que se orgulha o homem ocidental desde o início do século XIX talvez não passe de uma base teórica para a posição ideológica a partir da qual a civilização ocidental encara seu relacionamento não só com as culturas e civilizações que a precederam mas também com as que lhes são contemporâneas no tempo e contíguas no espaço. Em suma, é possível conceber a consciência histórica como um viés especificamente ocidental capaz de fundamentar retroativamente a presumida superioridade da moderna sociedade industrial (WHITE,1992,p.18).

Enquanto as considerações de Hayden White, e de outros autores influenciados pelo debate do *Linguistic Turn*, podem ser vistas como representativas do aspecto epistemológico em contestação, de um ponto de vista político a crise ressaltada refere-se a uma mudança na relação entre a historiografia disciplinar e os Estados nacionais, ambas as instituições que, ao longo dos últimos 200 anos, vêm se desenvolvendo e se fortalecendo de forma mútua (MUDROVICIC,2012). Como é colocado por David Armitage,

Na maior parte da existência do ofício histórico, na maior parte do mundo, os historiadores estiveram comprometidos com o

nacionalismo metodológico. Como a maioria dos outros cientistas sociais, eles assumiram que nações com identificação própria, organizadas politicamente em Estados, eram os objetos primários do estudo histórico. As principais tarefas dos historiadores eram narrar adequadamente como os Estados-nações emergiram, como eles se desenvolveram e como eles interagiram com os outros. Até mesmo os historiadores cujos trabalhos deliberadamente atravessaram as fronteiras das histórias nacionais trabalharam em cima de linhas similares. Por exemplo, historiadores da diplomacia usaram arquivos nacionais para reconstruir as relações entre Estados. Historiadores da imigração traçaram a chegada e a assimilação de novos povos nos Estados existentes. E historiadores do império estudaram impérios como extensões das histórias nacionais, apesar de geralmente manterem uma separação severa entre a história dos Estados metropolitanos (a maioria na Europa) e suas colônias (a maioria fora da Europa). Em todos esses campos, a substância da história constituía-se de estabilidade, e não de mobilidade, do que era fixo, e não do que era misto (ARMITAGE, 2015, p.1).

Com a citação de David Armitage, percebe-se a afirmação de que a ideia de passado histórico mobilizada pelas historiografias nacionais, tradicionalmente falando, é bem representativa do que seria o conceito de história a partir do século XIX: um passado fixo, estável, único, possível de ser recuperado objetivamente, e constituído de uma noção processual de secularização, de afastamento das instituições políticas das eclesiásticas em prol de uma nova ordem, representada pelos Estados nacionais emergentes. É necessário, aqui, fazer um parêntese sobre o que é de um modo geral a questão nacional referida.

O que geralmente se entende por nação⁶ é considerado, historicamente, um produto da modernidade, ou ao menos da tentativa de se racionalizar um determinado processo de modernização⁷.

⁶ Esse segmento da introdução foi, originalmente apresentado em forma de comunicação, no II Simpósio Nacional de História Política da Faculdade Saberes, em 2019 (WOTKOSKY, 2019).

⁷ Dada a complexidade do termo, é preciso salientar que tal percepção está ancorada sobre um debate complexo e polêmico, longe inclusive de já ter possuído uma visão teórica soberana e consensual, como por exemplo, no debate sobre a questão da nação como elemento de uma tentativa de se enxergar um processo de modernização (GELLNER, 1997).

Porém, pensando nos termos da história dos conceitos, a nação é entendida como uma maneira de equalizar a sociedade civil e o Estado, aos moldes da ordem política emergente das revoluções francesa e americana (HOBBSAWM,1991,p.31).

Em termos semânticos, nação é um termo relacionado com nascer e nascimento, exigindo, portanto, um lugar de origem (seja espacialmente localizado ou imaginado) e um elemento criador (DETIENNE, 2013,p.11). A nação representa a ideia de um conjunto de indivíduos pertencentes a uma comunidade com origem, cultura e costumes em comum. É importante ressaltar que, em termos de uma cultura que fomenta o ideal de nação, são importantes não só as instituições de cunho político, mas também várias formas de símbolos e representações. Uma cultura nacional é um discurso, ou seja, é uma forma de construção de sentido que influencia as ações dos indivíduos e a concepção que esses indivíduos possuem de si mesmos.

Ao produzir um sentido de nação, as culturas nacionais criam identidades sob as quais as pessoas conseguem se identificar e se localizar; esse sentido está contido nas narrativas que produzem uma ligação entre o passado e o presente, criando imagens da nação (DETIENNE,2013).Nesses termos, a nação é um conceito que remete aos tempos do Império Romano, referente a comunidades que possuíam ascendência comum, integradas espacialmente, mas que não se encontravam reunidas sob uma forma centralizada de organização político-estatal.

É entendido que esse modo de pensar o conceito de nação foi recorrente até o início da modernidade (HABERMAS,2002,p.126), quando a ruptura com a ontologia medieval alterou a maneira pela qual o homem europeu pensava sua própria existência.Sob esse aspecto da modernidade, alguns teóricos, a exemplo de Habermas, consideram que o conceito de nação passou por um momento aristocrático e um momento popular. O momento aristocrático se confunde com a ascensão dos Estados modernos, a partir do século XVI. A centralização do poder político nas mãos da realeza criou uma dicotomia em que os grupos políticos externos à corte - a Igreja, os nobres, autoridades municipais- representavam o "corpo nacional" no exercício de relações políticas

com essa mesma corte, mas num sentido distante das camadas menos favorecidas da população.

A secularização da política, como já dito, e as mudanças na maneira de conceber a relação dos seres humanos com o mundo foi essencial para o estabelecimento desse sentido de nação. Acontecimentos como as Grandes Navegações, o Renascimento cultural e a Reforma Protestante possibilitaram a ascensão de um modo antropocêntrico e racionalista (HABERMAS,2000,p.3-8) de compreensão da realidade, em contraste com a cosmovisão medieval. Do ponto de vista político, a secularização e o racionalismo representaram uma nova forma de conceber as relações entre os agentes detentores do poder. A nação aristocrática surge, portanto, na construção do que ficou conhecido como "razão de Estado", práticas políticas derivadas de uma compreensão particular da realidade.

Para falar de modo breve, a dinâmica de alteração da ideia de nação aristocrática para uma nação popular se deu com as mudanças aceleracionistas do século XVIII e início do XIX, com as revoluções políticas e filosófico-epistemológicas ocorridas naquele então, colocando o povo e a esfera pública como centros de reflexão acerca da relação entre nação e Estado. Essa mudança voltará a ser discutida posteriormente ao longo desta dissertação; por ora, o que se faz necessário é também fazer um breve comentário sobre um conceito fundamental para se entender a relação entre a historiografia e os Estados nacionais: o nacionalismo.

Tido como um dos fenômenos políticos mais influentes e importantes dos últimos séculos, o nacionalismo pode ser encarado como a tentativa de orientar politicamente os caminhos da nação e os signos e símbolos que dão sentido a mesma. Como propõe Benedict Anderson, o nacionalismo surge com o esgotamento da identificação social dos indivíduos com as comunidades religiosas e dinásticas, a partir do final do século XVIII (ANDERSON,2008).

O surgimento do nacionalismo está ligado, também, com a ascensão da história como ciência, o que o historiador Reinhart Koselleck chama de

período-sela (*Sattelzeit*), entre 1750 e 1850 (KOSELLECK,2006).

História e nacionalismo se confundem, pois, em um determinado momento, é a história que os agentes políticos institucionais recorrem, uma vez que tal campo se apresenta como mecanismo através do qual a narrativa nacional se legitima. Para ficarmos numa comparação anedótica, o historiador Eric Hobsbawm assevera que "os historiadores estão para o nacionalismo como os plantadores de papoula do Paquistão para os viciados em heroína: fornecemos a matéria prima essencial ao mercado" (HOBSBAWM, 2000, p. 271). Ou seja, para conduzir a narrativa nacional, o ideário nacionalista depende fundamentalmente do passado, e a historiografia moderna surgiu como a ponte para conectar o presente com um passado que explica o processo histórico, o desenvolvimento dos Estados nacionais (BERGER; DONOVAN; PASSMORE, 1999), sobretudo com a formulação das ideias sobre nação advindas das Revoluções Francesa e Americana⁸, como já afirmado anteriormente.

Os Estados Nacionais nascidos no pós Revolução Francesa necessitavam de um mito de origem e de um passado, por conta da maneira como os estratos sociais que agora estavam em ascensão tradicionalmente lidavam com as ideias de passado e memória (MUDROVCIC,2012,p.4). Se no mundo do Antigo Regime os nobres, a Igreja e a Monarquia possuíam uma memória institucionalizada, outros grupos sociais não tinham necessidade de rememorar ou arquivar o passado. Agora, a narrativa da nação deveria abarcar milhares ou até milhões de pessoas que nunca se viram e que jamais iriam se ver, mas que para as necessidades da nova ordem institucionalizada precisavam se

⁸ Apesar do destaque feito aos dois processos revolucionários supracitados, cabe apontar que as teses sobre o surgimento e a difusão do nacionalismo no início do século XIX consideram elementos mais amplos e com ecos em momentos posteriores; o que há de muito comum nesses diferentes momentos, de acordo com as constatações feitas por alguns teóricos é o elemento da mudança da ordem política e uma retórica de aceleração temporal: as revoluções dos séculos XVIII e início do XIX (contando aqui com os processos de independência na América Latina); a unificação dos Estados europeus em meados do século XIX; os processos de descolonização, e isso para citar momentos geralmente associados com ondas nacionalistas, é muito percebida a ideia da emergência do nacionalismo associada a momentos de mudança(ANDERSON,2008).

enxergar como uma comunidade com uma única história em comum ⁹, centralizada no Estado nacional:

Diferente da concepção de Estado (...) do século XVI que, pelo menos em tese, pretendia garantir um mínimo de autonomia às "nacionalidades", a ideia de Estado-nação fez um deslocamento do poder, criando um núcleo central, que é o Estado: é a soberania do Estado que deve garantir a independência nacional (NOVAES, 2003, p.13).

A concepção moderna de história e passado histórico, no próprio sentido de se pensar o passado como algo fixo e estável, é fundamental na ideia de construir o ordenamento político ao qual o nacionalismo se refere¹⁰. Para essa percepção nacionalista do passado histórico, cada narrativa nacional possuía uma identidade singular, com os historiadores em cada contexto pensando o passado a partir dessa singularidade¹¹.

Podemos desenvolver essa ideia com alguns exemplos: no caso da França, a própria Revolução se tornou um baluarte ao longo do século XIX, sobretudo na construção do povo como essência da nação. No caso alemão, muitos textos sobre a história nacional se iniciam na crise do Sacro Império Romano, nos séculos XVIII e início do XIX, apontando fraquezas nas instituições imperiais tradicionais e em seguida a narrativa volta o seu olhar para grupos e instituições novos e mais dinâmicos, como é o caso do reino da Prússia.

⁹ A reflexão sobre o que há de comum, portanto compreensível, na comunidade nacional, pode ser percebida na tentativa de construção do conhecimento das ciências humanas no final do século XIX, como nos dizeres de Wilhelm Dilthey (2010,p.291-292): " As vivências são sentidas como dizendo respeito a todos. Esse é o caso mesmo no interior de uma conexão de metas, mesmo, por exemplo, no interior de uma organização religiosa. Esse sentimento comum, contudo, não consiste senão em uma classe determinada de vivências. Em uma nação, porém, todos os tipos de vivências comuns encontram-se em uma ligação consciente com a comunidade nacional."

¹⁰ Segundo Georg Iggers e Q. Edward Wang (2008,p.73), o exemplo seminal dessa construção se deu com a construção da Universidade de Berlim, no Reino da Prússia, quando da reação ao domínio francês imposto nas guerras napoleônicas, no início do século XIX. A constituição da disciplina histórica na Universidade, naquele momento, foi utilizada como serventia para a causa nacional das reformas institucionais do Estado Prussiano.

¹¹ Tal noção de singularidade, é claro, possui suas implicações políticas claras, como a constituição de noções de diferenciação e hierarquização ancorados na percepção processual e progressista sustentada pelo conceito moderno de história. Para ficar com um exemplo, do ano de 1845: "As outras histórias são mutiladas, só a nossa é inteira; tomai a história da Itália, faltam-lhe os últimos séculos; tomai a história da Alemanha, da Inglaterra, faltam-lhe os primeiros. Tomai a da França: por meio dela, ficais conhecendo o mundo. E nessa grande tradição não há apenas sequência, mas progresso. A França deu prosseguimento à obra romana e cristã. O cristianismo prometera, ela cumpriu. A igualdade fraterna, relegada a vida futura, a França ensinou-a ao mundo, na forma de lei humana"(MICHELET,1988,p.209).

Os historiadores, em muitos casos, eram os agentes políticos do Estado, não somente servindo ao mesmo academicamente falando. Como será posto ao longo dessa dissertação, um exemplo claro disso se dá no Império Alemão, após a unificação, onde vários historiadores aceitaram participar de projetos estatais no sentido de construir a história oficial do país e do Estado, ou mais para o final do século quando o movimento Neo-Rankeano colaborou com as justificativas imperialistas e neocolonialistas do Reich, e isso falando de interferências políticas mais diretas, através da escrita da história. Ou seja, a relação entre os historiadores e os projetos nacionalistas foi muito próxima ao longo do primeiro século da historiografia considerada ciência (BERGER, 2012, p.195-213).

Reforçando a ideia de um contexto de crise dessas relações, o primeiro momento de abalo se deu com a 1ª Guerra Mundial. Além das reflexões sobre a noção de que as políticas nacionalistas teriam sido responsáveis pela catástrofe da guerra, a ideia de história do século XIX se tornou problemática, pela própria incapacidade de resolução dos problemas que geraram a Guerra. Os historiadores passaram a promover uma história-problema alicerçada em questões sociais em substituição à história narrativa voltada ao nacionalismo, como no século anterior; ainda que com os usos do passado para a justificativa nacionalista se fazendo presentes, por exemplo, no discurso político fascista dos anos 1920 aos anos 1940, a relação entre a historiografia e os discursos acerca dos Estados nacionais já não era mais a mesma.

Pensando na antinomia a que me referi anteriormente, muitos consideram ser de importância definitiva as mudanças sociais após a Segunda Guerra Mundial. As experiências traumáticas, o processo de descolonização, a globalização, o advento da cultura de massas e o boom memorial dos anos 1970 e 1980 reforçaram a descentralização das imagens nacionais da concepção institucionalizada dos Estados, alterando a relação dos grupos sociais com o tempo histórico e a memória, o que colocou o discurso historiográfico como parte de um elemento de disputa acerca de um passado que já não é mais visto como fixo e imutável (marca forte da imaginação histórica da modernidade europeia), mas como algo a ser renovado pelas reflexões do presente. Assim,

Na atualidade, se alguém passar pelo panorama dos estudos históricos parecerá encontrar-se diante de uma disciplina aparentemente florescente, com uma pluralidade de marcos teóricos, recortes temáticos e propostas metodológicas. Disciplina em que prosperam, diferentemente do monopólio exercido pelas historiografias nacionais, uma pluralidade de perspectivas "aparentemente" novas: a história do presente, das mulheres, dos "de baixo"(...) e a qualquer outro grupo que reclame "seu próprio lugar na história", a microhistória, a história global, a história intelectual, a "nova" história política, a história econômica (...). Nos dizeres de François Dosse, a história está despedaçada em migalhas (MUDROVIC, 2012, p. 5).

Ou seja, é a consciência cada vez maior de que as imagens do passado histórico, acerca das instituições e dos elementos da cultura nacional, estão sempre se revitalizando no presente através de disputas entre grupos e indivíduos (BHABHA, 1998, p. 198-238; HALL, 2005).

Em alguma medida, nesse sentido, os próprios historiadores estiveram entre os maiores críticos do nacionalismo após a Segunda Guerra, atribuindo às reivindicações ideológicas do nacionalismo a responsabilidade pelas catástrofes globais e os totalitarismos (SMITH, 2000, p. 186). Nesse início de século XXI tais discussões relacionadas ao nacionalismo também tem ocupado, novamente, as mentes de cientistas sociais, historiadores e estudiosos das humanidades em geral: a ideia de um esgotamento da questão nacional em prol do multiculturalismo liberal globalizado tem sido posta em dúvida. Os efeitos da globalização, sobretudo em relação a possibilidade da construção de uma ordem transnacional no futuro, tem provocado reações nacionalistas em diversos lugares e contextos.

A grande novidade é, talvez, a da construção desse debate em um momento de desconstrução e questionamento do papel do Estado-nação (institucionalmente falando) enquanto pilar regulador dessa discussão ao longo dos últimos séculos. Ideias de nação sem Estado e de um nacionalismo sem esfera público-estatal que o justifique no âmbito do conceito de cidadania, são fenômenos presentes na atualidade. Assim, para fins do interesse dos historiadores, pensar o papel da história na construção da ideia de "consciência nacional" é importante nesse cenário.

Porém, as considerações presentes neste trabalho são sobre o primeiro momento da crise, o da virada do século XIX para o XX. Propondo uma visão diferente de algumas leituras recentes (MUDROVCIC, 2012), existe a perspectiva de que esse momento foi tão ou mais crucial para se pensar o rompimento entre a ordem política nacionalista, a historiografia disciplinar e as imagens sobre as instituições dos Estados nacionais e das nações. Antes de voltar para essas questões, porém, se faz necessário discorrer um pouco sobre a escolha da História da Historiografia como campo de estudos.

Quando do momento do *Linguistic Turn*, já citado, as preocupações de autores como Hayden White e Michel de Certeau revelam uma dimensão específica de mudanças em um dos campos de escrita mais basilares dentre os ligados à história: a história da historiografia. Dentro desse contexto, preocupações sobre o lugar social da produção histórica e a subjetividade do historiador, por exemplo, ganharam destaque.

É possível dizer que essas mudanças acarretaram numa renovação e expansão das pesquisas na área, além de levantar a possibilidade de questionamentos sobre o status político-social dos historiadores e o lugar da historiografia enquanto tentativa de se disciplinar a imaginação e a consciência histórica dos últimos 200 anos (ÁVILA, 2016; CHAKRABARTY, 2000).

Com isso percebe-se, ao longo das últimas décadas, um interesse cada vez maior pelo campo da história da historiografia, sobretudo em relação à tentativa de sistematização desse campo (TURIN, 2013). Entretanto, é possível dizer que algumas perguntas se impõem para aqueles que tem interesse nas discussões da área, como por exemplo as possibilidades de se pensar a história da historiografia como campo autônomo dentro da disciplina, ou mesmo quais podem ser alguns dos pressupostos teóricos para se produzir uma pesquisa na área.

De acordo com Horst Walter Blanke, a História da Historiografia é uma atividade intelectual historicamente recente (BLANKE, 2006, p. 27), tanto como

proposta de reflexão, e mais ainda como campo nominalmente determinado. Datando as primeiras obras no final do século XVIII, em princípio pensou-se como um campo que tem como característica o fato de acompanhar especificamente o caminho da teorização e conversão do conhecimento histórico para uma disciplina com pretensões científicas.

Segundo o autor alemão, desde o momento do Humanismo já existiam obras por toda a Europa que buscavam catalogar e determinar normas atemporais para a escrita da história. Ademais, o que de fato constituiu a diferença no contexto da virada do século XVIII para o século XIX, foi a construção da ideia de *Historik*, da tentativa de teorização científica da história. A assertiva de Blanke acerca da diferença entre a análise feita a partir do século XIX da historiografia disciplinar, com as escritas da história nos séculos anteriores, é bem resumida por Rodrigo Turin no fragmento que segue:

Enquanto os textos humanistas buscavam preceituar regras de composição atemporais do gênero histórico, entendido em sua pluralidade, a história da historiografia assume uma "competência teórica", na qual a investigação da história da escrita da história passa a ser orientada a partir das definições teórico-metodológicas que legitimariam a nova disciplina em constituição, entendida, agora, e o que é fundamental, como uma unidade discursiva (TURIN, 2013, p. 84).

A diferença entre entender o gênero histórico como algo plural e, posteriormente, como uma unidade discursiva, da forma proposta por Turin, remete a acepção Koselleckiana da ideia de história enquanto "singular coletivo" (KOSELLECK, 2006). A História da Historiografia, nesse sentido, teria como objeto uma noção de historiografia que existe em função dessa unidade explicitada no conceito moderno de história, tanto em relação à dimensão do acontecimento histórico e da experiência do passado (*Geschichte*) quanto ao relato do acontecimento e a produção de seu conhecimento (*Historie*). Ainda citando a análise de Rodrigo Turin, pode-se dizer que

Não por acaso [...], uma análise dessas novas obras de história da historiografia revela de que modo elas "trabalham com um ideal de historiografia moderna". Ou seja, é esta unidade discursiva que permitiu a emergência da história da historiografia como um gênero, garantindo sua eficácia no processo de disciplinarização ocorrido nos séculos XIX e XX (TURIN, 2013, p. 84).

Portanto, uma definição mais ortodoxa do campo da História da Historiografia (ainda que sem receber esse nome) opera considerando a historiografia como o produto da prática dos historiadores de um modo geral, como o acúmulo do conhecimento histórico disciplinarmente conduzido pelas instituições sociais ao longo do tempo¹².

Em resumo, as características da historiografia do século XIX, com sua pretensa objetividade e neutralidade, ajudaram a demarcar as reflexões acerca do que seria uma história da disciplina. Nesse sentido, a história da historiografia em seus primórdios inseriu-se num esforço de dar bases para a fundação e a legitimação da disciplina, em que o ato de narrar o passado da escrita disciplinar confunde-se com suas definições no presente, e os historiadores do passado eram catalogados numa narrativa pautada na construção de uma relação de identidade e diferença, acerca do que caracterizaria a historiografia e o ofício do historiador.

É nessa medida, por exemplo, que os historiadores do século XIX construíram a genealogia da disciplina, estabelecendo a origem do ofício na cultura Greco-Romana, caminhando numa narrativa linear, processual e progressista, que identifica os lugares da escrita da história ao longo dos séculos, e que estabelece, através de critérios normativos, quem poderia ou não ser considerado "ancestral" da historiografia científica, numa constante relação de lembrança e esquecimento.

Assim como foi exposto ao se falar da relação entre a historiografia e os Estados nacionais, o período entre as duas guerras mundiais foi decisivo para se pensar uma mudança paradigmática na ideia do que significa escrever uma

¹² Citando, como exemplo dessa definição, o exposto por Jurandir Malerba (2006): "Fato incontornável é que o produto do trabalho metódico de pesquisa e reflexão histórica dos historiadores ao longo dos séculos resultou em uma imensa e inescrutável biblioteca de artefatos históricos, que guarda não só o percurso do desenvolvimento histórico da própria disciplina, do *metier*, como também as relações orgânicas deste com as sociedades históricas que tiveram a necessidade de sistematizar e relatar seu passado, a tal ponto que acabaram aperfeiçoando os instrumentos de sua construção e desconstrução, a teoria e a metodologia da história e a crítica historiográfica."

história da escrita histórica. O desenvolvimento mais incisivo do debate sobre os limites da historiografia oitocentista, nesse momento, se refletiu em um elemento que se tornou decisivo na perspectiva de historiadores, sociólogos e filósofos acerca do passado histórico: a reflexão centrada na questão do tempo histórico.

Um exemplo sempre conhecido e citado é o de Marc Bloch, que ao afirmar a ideia da historiografia como a "ciência que estuda os homens no tempo" (BLOCH, 2001) consolida uma crítica aos historiadores do século anterior, que tratavam o objeto de suas reflexões como sendo um passado pleno de recuperação objetiva. Porém, talvez uma das maiores contribuições, sobretudo pensando o que significa uma história da historiografia, adveio da filosofia, com a proposta de Martin Heidegger acerca de se preocupar menos com a historiografia (*Historie*) e com a história (*Geschichte*), centrando-se na historicidade (*Geschichtlichkeit*). Nessa percepção, assim como posteriormente reiterou Koselleck, a historicidade é a condição de possibilidade do entrelaçamento entre o passado e o futuro no fenômeno histórico, ou entre a experiência e a expectativa (HEIDEGGER, 2012; KOSELLECK, 2006), e é algo inscrito no próprio ser do homem, e não algo exterior em suspensão. Como diz Valdei Araújo,

[...] uma história da historiografia como analítica da historicidade não pode se limitar a uma história da ciência histórica. Uma analítica da historicidade deverá investigar as condições, formas e funções das "aberturas historiográficas da história", e essas aberturas são sempre produzidas em uma tensão entre suas condições estruturais e os eventos. Assim, tal analítica teria como uma de suas principais funções desobstruir a historiografia de sua impropriedade, ou, dito de outra forma, colaborar para recolocar o historiador frente ao fenômeno da história por meio da desnaturalização das representações e objetos históricos que se acumulam como resultado da própria ciência; lembrar, enfim, ao historiador que nossa relação com o passado, embora necessariamente mediada por representações reificadas, tem outra fonte mais fundamental, a própria experiência da história (ARAUJO, 2013, p. 42).

Ou seja, a conclusão de que o fenômeno histórico é produto de uma condição intrínseca à experiência do ser, e que a história da historiografia pode ser enxergada como um campo de estudo sobre essa condição e como ela é produzida em determinados momentos, abre um escopo de possibilidades de

objetos e questionamentos sobre a natureza teórica e até as condições político-estruturais e temporais das reflexões sobre o passado; ver o estudo do passado como uma forma de representação possível, e não como sinônimo do mesmo (JENKINS, 2007) acaba sendo uma conclusão fundamental de se analisar a historicidade da escrita histórica.

Pensar essa relação entre temporalidade e escrita acaba refletindo numa espécie de constituição memorialística da ideia de história da historiografia como análise da historicidade ¹³. Pensar a partir dessa perspectiva coloca algumas questões, como, por exemplo, pensar que a construção de reflexões sobre o passado histórico implica numa dicotomia entre o que deve fazer parte da narrativa (dimensão da lembrança) e o que está excluído (dimensão do esquecimento).

Essas escolhas podem ser fundamentadas por diversos fatores, sejam eles políticos, culturais ou sociais. No caso da disciplina, a construção de uma memória em seu entorno pode implicar escolhas que legitimem determinadas práticas de ofício, que estabeleçam uma lógica que justifique como deve se fazer historiografia; pode implicar também na escolha de cânones da disciplina, sejam eles universais ou nacionais, que propõem determinadas leituras de certos historiadores como sendo mais corretas, em detrimento de outras, e isso só para ficar em alguns exemplos.

Portanto, a ideia de que a prática disciplinar pode representar uma relação com o Estado nacional institucionalizado é uma forma possível de refletir sobre esses problemas. Como propõe Georg Iggers (1999), para entender como as imagens de uma nação são concebidas é preciso olhar para as formas como determinados aspectos do "passado" são escolhidos ou não escolhidos para rememoração e justificativa da atual situação ordinal, ou seja, a historicidade do próprio processo historiográfico.

¹³ Uma das contribuições fundamentais, nesse sentido, adveio da historiografia brasileira, com as reflexões de Manoel Luiz Salgado Guimarães sobre a ideia da história da historiografia enquanto memória disciplinar, como é explicado por Rodrigo Turin (2013, p. 86).

A partir das considerações teóricas sobre o problema nacional e a História da Historiografia enquanto campo de análise é possível estabelecer algumas hipóteses que norteiam a estrutura desta dissertação.

Falar do momento entre o final da década de 1880 e 1930, o recorte proposto, encontra sua dificuldade se colocarmos em perspectiva o impacto que os acontecimentos posteriores a 1930 impuseram nas reflexões sobre o passado alemão. Ou, para utilizar de uma metáfora recorrente, escrever sobre tais temas à sombra de Auschwitz impõe uma série de questões, tanto no campo ético como no campo de motivações para retratar o assunto: durante décadas, esse foi um *leitmotiv* recorrente, para diversas pesquisas historiográficas, relacionando uma discussão sobre as representações do desenvolvimento do Estado nacional alemão a ligações com o Terceiro Reich. Uma das representações mais recorrentes, por exemplo, foi a da chamada *Sonderweg*, termo utilizado para falar de um caráter de excepcionalidade no desenvolvimento da Alemanha, em comparação com outros países europeus, e que isso explicaria a ascensão do Nacional-Socialismo (KOCKA, 1988), sendo essa concepção da *Sonderweg* confrontada por leituras que pretendem ver no tipo de relação com o Estado e com o nacionalismo como produto de uma dinâmica mais ampla da sociedade de massas dos séculos XIX e XX (IGGERS, 1999, p. 16). Como disse anteriormente, a escolha da historiografia alemã para tratar desse tem não é por acaso, pois uma série de características acerca do processo da formação do país levaram a tal consciência histórica voltada para o papel do Estado e da nação como paradigmas para se pensar o passado.

A geração da qual Hintze fez parte representou, em alguma medida, uma atualização dessas questões a luz de uma crítica disciplinar que se inicia nos anos anteriores a virada do século XIX para o século XX e se acentua após a Primeira Guerra Mundial. Portanto, a partir disso o trabalho segue numa divisão de três capítulos. No primeiro, o foco será o de explorar de modo mais conciso alguns aspectos da biografia intelectual de Hintze e seu contexto de produção conjuntamente a algumas hipóteses sobre sua obra, a partir da recepção da mesma sobretudo no Pós Segunda Guerra.

Sobre os capítulos posteriores, adotarei uma divisão com base nas análises feitas posteriormente pelos especialistas na obra de Hintze. A partir de uma hipótese proposta por Felix Gilbert (1975), é possível pensar a obra de Hintze sob a perspectiva de uma divisão de "momentos" da produção historiográfica do autor. Gilbert propõe uma divisão da produção em três momentos: do início das atividades de pesquisa de Hintze, em 1888, até 1910; de 1910 até 1920, abarcando todo o pré Primeira Guerra Mundial e o imediato Pós Guerra; e um terceiro momento que vai dos primeiros anos da República de Weimar até 1931. Penso que faz mais sentido dividir a obra de Hintze em dois grandes momentos, e é a partir deles que dividirei o restante do trabalho.

No segundo capítulo explorarei o primeiro dos dois momentos, com um recorte que abrange do final da década de 1880 até o final da Primeira Guerra Mundial, explorando o que poderia ser chamado de um momento prussiano, ou borussianista, da obra de Hintze, na qual ele estabelecerá uma base de diálogo mais sólida com a tradição historiográfica Rankeana, e concluindo com a derrocada do projeto prussiano ao final da guerra. Por fim, o último capítulo versará sobre o segundo momento da obra de Hintze, entre 1919 e 1931, discutindo determinadas aproximações do autor com a sociologia alemã e o impacto da crise do pós-guerra nas relações entre a historiografia disciplinar e as imagens dos Estados nacionais.

Em relação à natureza das fontes, optei por utilizar ensaios de Otto Hintze selecionados em duas coletâneas distintas, uma em inglês publicada por Felix Gilbert no ano de 1975, e uma publicada em espanhol (intitulada *Historia de las formas políticas*), no ano de 1968, pela chamada *Revista de Occidente*, uma publicação criada nos anos 1930 pelo filósofo conservador José Ortega Y Gasset, que existe até hoje.

Os ensaios estão divididos pelas temáticas que Hintze demonstra maior interesse: história da Prússia, história administrativa e constitucional dos Estados europeus e Teoria da história. Utilizarei aqueles ensaios que tem relação direta com o tema da pesquisa, distribuídos entre os anos de 1897 e

1931, porém os demais podem servir de contextualização para entender as perspectivas do autor, possuindo também sua validade.

Capítulo 1 - A formação intelectual de Hintze e a recepção de sua obra

Otto Hintze(1861-1940): síntese biográfica e trajetória intelectual

Feitas as considerações iniciais, é possível trazer algumas colocações sobre o objeto proposto, que representou com sua obra uma das mudanças mais significativas no momento da crise após a Grande Guerra. Otto Hintze é um autor pouco conhecido do público internacional, mas visto pelos alemães como um dos mais importantes historiadores entre o período Guilhermino do Império e o fim da República de Weimar.

Nascido em 1861 na cidade Pyritz, na Pomerânia (atualmente parte da Polônia), Hintze teve uma vasta produção acadêmica e fez parte de uma geração que vivenciou acontecimentos fundamentais da história alemã, europeia e mundial. Aqueles que nasceram entre o final dos anos 1850 e meados da década de 1860 eram crianças quando da consolidação do processo de unificação do país, em 1871; iniciaram suas carreiras acadêmicas no momento da transição entre a Era Bismarck e o reinado de Guilherme II, durante a década de 1890; acompanharam impassíveis a Primeira Guerra Mundial, o declínio do Império e a fracassada experiência democrática dos anos 1920; alguns viveram o terror da ascensão do Terceiro Reich e a eclosão de uma nova guerra total; e alguns poucos que conseguiram chegar a uma idade mais avançada viveram o suficiente para ver a dissolução e divisão do país em dois, com o fim da Segunda Guerra, o processo de desnazificação e a criação das Alemanhas Ocidental e Oriental.

Assim como muitos historiadores daquele período, Hintze nasceu em uma família de origem protestante, embora pouco se saiba sobre as sua ancestralidade e sobre sua perspectiva religiosa pessoal. Filho de um servidor público do Estado prussiano pré-unificação, Hintze teve ao longo da infância uma educação pautada pelo contato com as instituições prussianas e com um ambiente borussianista por excelência.

Tal borussianismo é um elemento fundamental, não só da posterior carreira de Hintze, mas de boa parte do pensamento historiográfico hegemônico naqueles tempos. Como nos dizeres de Marcelo Durão Rodrigues da Cunha,

Partícipes essenciais deste processo de mitologização da nação, os historiadores alemães erigiram boa parte dos alicerces de uma consciência histórica pautada na afirmação de uma identidade nacional e de seu lugar no devir da história universal. Alicerçados na hermenêutica e confiantes em uma inabalável sincronia entre individualidade e desenvolvimento, de Ranke a Treitschke, a historiografia de língua alemã manteria praticamente inabalado o seu culto ao poder e à autoridade estatal ao longo de praticamente todo o século dezenove (CUNHA, 2017, p. 138).

Essa hegemonia confunde-se com o próprio processo de vitória da Prússia na unificação, consolidando uma hipótese que colocava as instituições Prussianas como centro de liderança do universo político, cultural e social dos alemães, e, sobretudo, reforçando a importância do militarismo no imaginário nacionalista do Império recém-constituído.

O discurso elaborado pelos historiadores que defendiam tal tese fazia alusão aos séculos XVII e XVIII, afirmando a existência de um processo de expansão Prussiano, organizado largamente em linhas militares, com o sistema dos proprietários de terras conhecidos como *junkers*, e com os servos entrelaçando-se ao sistema de recrutamento militar para soldados e oficiais. Ainda segundo essa leitura, esse sistema foi desmantelado, após o fim da estrutura de servidão existente na Prússia, e durante o processo revolucionário de 1848 quando as forças liberais lideraram um movimento em prol de alinhar o exército ao controle parlamentar (WEHLER, 1985).

A questão militar teve repercussão novamente em 1862, sendo que a manutenção da autonomia das forças militares foi um dos principais fatores para a nomeação de Bismarck naquele mesmo ano. Ao declarar que as questões de momento deveriam ser resolvidas a “ferro e sangue”, Bismarck levou o fator militar às últimas consequências, excluindo a Áustria do processo de unificação em 1866 (WEHLER, 1985, p. 25) e confrontando os franceses quatro anos mais tarde. Diversos historiadores, como Heinrich Von Treitschke e Heinrich Von Sybel defendiam essa hipótese de construção do Estado alemão

em função da Prússia e do militarismo Prussiano, tendo sido bem sucedidos na construção dessas imagens até o fim do século.

O jovem Hintze teve sua formação sintonizada na tradição da Escola Histórica Prussiana, cuja ascensão literalmente se confunde com o processo de formação do Estado Alemão (BENTIVOGLIO, 2010). Após dois anos de estudos na Universidade de Greifswald, entre 1878 e 1880, onde se especializou no campo da filologia, ele se moveu para a Universidade de Berlim durante o semestre de inverno em 1880 (SMITH, 2009, p. 223). Vale salientar que, durante os anos 1880, a Universidade de Berlim era a grande referência da Alemanha enquanto centro de conhecimento, com o campo historiográfico tendo bastante proeminência.

Apesar da Universidade já não contar mais com Ranke em seus quadros, quando do momento em que Hintze era aluno, figuras como Heinrich Von Treitschke, Johann Gustav Droysen, Theodor Mommsen e Wilhelm Dilthey estavam presentes, e tal constelação de diferentes ideias é um marco para pensar a complexidade do pensamento de Hintze¹⁴. Tendo a sorte de fazer parte de uma geração de alunos que conseguiu ter aulas ao mesmo tempo com Droysen e Dilthey – entre 1882 e 1884, sendo o primeiro ano o da chegada de Dilthey em Berlim e o segundo o da morte de Droysen –, Hintze buscou uma aproximação com ambos, sobretudo do primeiro, fazendo parte de seu círculo interno de alunos próximos (SMITH, 2009, p. 226).

Porém, seu doutorado foi feito sob supervisão de um dos alunos de Ranke, o medievalista Julius Weizsacker. Além de seu orientador, o comitê de exame do trabalho de Hintze, em 1884, contou com as presenças de seus professores Dilthey e Droysen, uma avaliação feita, portanto, sob os auspícios da filosofia e da historiografia, além também da presença do filólogo Wilhelm Scherer.

¹⁴ Como bem salientado por Julio Bentivoglio (2010), os diferentes historiadores que faziam parte, tanto da Escola Histórica Prussiana como dos seguidores mais específicos de Ranke, representavam uma diversidade de ideias e contrastes intelectuais muito mais complexa do que as análises feitas no século XX explicitam, uma constatação disso é o próprio modo como Hintze absorveu o contato com essas diferentes posições e replicou-as em suas próprias perspectivas.

Apesar de toda a boa formação de seus anos no curso de História, Hintze, entre 1885 e 1888, também estudou Direito na mesma Universidade, focando nas áreas de Direito Civil e Público, e, especialmente, no campo da Economia Política. Dentro dos estudos econômicos, uma figura central para todo o direcionamento tomado por Hintze em sua carreira foi o também historiador Gustav Von Schmoller.

Tal direcionamento se deu pelo fato de Schmoller ter marcado, de modo decisivo, estudos fora do campo da historiografia política tradicional, sobretudo nos campos de história administrativa e história institucional, além da economia. O modo como ele combinava esses três campos de estudo ajudou a moldar, não só a própria carreira de Hintze, mas as raízes da história social alemã (SMITH, 2009, p. 229). Schmoller, cuja contribuição para a história social ainda é subestimada até hoje, era também conhecido por suas posições que eram tratadas como sendo ligadas ao socialismo e ao mesmo tempo alinhadas a certos aspectos da política imperial. Além de Hintze, outras figuras importantes para a história do pensamento sócio-histórico alemão faziam parte do círculo de Schmoller, como o economista Werner Sombart, o sociólogo Max Weber e os historiadores Kurt Breysig e Gustav Meyer.

Todos esses intelectuais tinham, em comum, uma abertura a novas ideias e novas correntes dentro das ciências e da filosofia, inclusive no campo das teorias socialistas e do Marxismo (OESTREICH, 1978, p. 104). Do ponto de vista historiográfico, pode-se dizer que os historiadores europeus nesse início da era das massas se viram as voltas com uma noção mais ampla e democrática de historicidade, com a tentativa de inserção de outros elementos fora do discurso político e da história dos grandes nomes (RANCIERE, 2014, p. 3), a partir dessa visão política mais globalizada como citei anteriormente. Tal convívio com o círculo de Schmoller foi fundamental no que concerne alguns problemas com os quais Hintze viria a refletir nas décadas posteriores, sobretudo em relação à natureza do sistema político-representativo.

Ou seja, o contexto da industrialização, com todas as suas inovações econômicas, científicas e sociais, criou um forte senso de reação ao modo

como a consciência histórica era constituída e defendida por historiadores até então (OESTREICH, 1978, p. 102).

O desenvolvimento do capitalismo, na segunda metade do século XIX, converteu a economia política em um tema de primeira ordem nos interesses acadêmicos, demonstrando que as forças econômicas constituíam um elemento tão decisivo para o processo histórico e o desenvolvimento da sociedade quanto a política. E é nesse sentido que a esfera pública e a arena política se tornaram palco de disputas mais complexas, inclusive dentro do Império: a questão social, resultado do impacto das mudanças econômicas, com a integração da classe dos trabalhadores nas instituições e a expansão dos movimentos trabalhistas na política, forçaria sua entrada no campo da produção historiográfica.

Hintze tornou-se, sobretudo a partir do pós Primeira Guerra Mundial, uma das grandes referências da herança de Schmoller em relação a história comparada das nações ocidentais, sobretudo do ponto de vista dos estudos sobre burocracia e desenvolvimento institucional. Nas palavras de Gehard Oestreich,

[...] é aparente que uma importante pré-condição do desenvolvimento de Hintze enquanto historiador era a atmosfera intelectual associada a Gustav Von Schmoller: sua abertura em relação aos acontecimentos de seu tempo, sua disposição para discutir hipóteses científicas revolucionárias, sua prontidão para colaborar com outros e repensar problemas. Ele se agarrou as questões da atualidade e as incorporou na ciência histórica, apesar de, com certeza, ele nunca ter abandonado as categorias específicas da Escola Histórica (OESTREICH, 1978, p. 104).

O ano de 1888 foi crucial para Hintze. Nele, iniciou mais de uma década de pesquisas de arquivo no projeto conhecido como *Acta Borussica*, sob a indicação de Schmoller, projeto esse iniciado no ano anterior, e que tinha por objetivo consolidar uma história oficial do Império.

Os membros da Academia Real de Ciências, em 1887, solicitaram ao núcleo dos intelectuais do campo da filosofia e da historiografia a produção de

uma pesquisa abrangente sobre a história e o desenvolvimento histórico da Prússia enquanto nação e das instituições políticas que a compunham, a partir de uma documentação oficial que vinha sendo catalogada desde o reinado de Frederico II, no século XVII. Sendo originalmente custeado pela própria Academia Real, e depois posteriormente pelo Estado alemão, o projeto reafirmou a proeminência da historiografia como construtora das narrativas legitimadoras do passado nacional.

Schmoller deu a Hintze a incumbência de estudar o desenvolvimento da indústria da seda na Prússia do século XVIII, e em 1892 tal pesquisa teve como frutos a publicação de dois volumes de fontes documentais sobre essa indústria, além de um terceiro volume com uma narrativa historiográfica sobre o tema. A essa experiência deve-se a entrada de Hintze no corpo de estudos históricos referentes à tradição da historiografia nacionalista do Império Alemão.

Os anos na *Acta Borussica* deram a Hintze um vasto acervo de conteúdos acerca da história das instituições políticas, econômicas e sociais do Império, o que o fez desenvolver um ainda maior interesse pelos estudos da história administrativa, institucional e constitucional da Alemanha (GILBERT, 1975, p. 10), combinando noções tradicionais da historiografia alemã com um entendimento mais aprofundado de questões econômicas e sociais, inspirado pelas tendências da tradição de história econômica capitaneada por Schmoller.

Em 1901, Hintze demarcou definitivamente seu caminho como uma das principais referências nos estudos sobre a história da Prússia, com a publicação de um extenso estudo introdutório sobre a organização administrativa do Estado Prussiano em 1740 (SMITH, 2009, p. 229). Tal estudo publicado na *Acta Borussica* foi central para o desenvolvimento de todo o projeto. Além disso, a obra de maior destaque geral no campo da história Prussiana, dentre as que Hintze produziu no período pré-guerra, foi o livro intitulado “*Os Hohenzollern e sua obra*”, uma história geral do domínio da dinastia dos Hohenzollern sobre a Prússia, encomendada pela comemoração dos 500 anos de reinado em 1915.

Da perspectiva de Hintze e outros historiadores, discutir sobre os meandros da formação alemã significava discutir essencialmente a história da Prússia e das instituições prussianas, uma vez que a narrativa oficial defendia a ideia de uma posição estratégica da Prússia na formação do Império, por conta dos acontecimentos de 1871, como já exposto anteriormente.

Para Hintze, o interesse pela história da Prússia era muito mais de tê-la como um paradigma, um estudo de caso para desenvolver uma teoria acerca da formação dos Estados europeus no geral, ou mais especificamente dos Estados de língua latina e germânica, resolvendo o que ele entendia como uma lacuna na obra de Leopold Von Ranke. Como ele afirmou durante seu discurso inaugural como membro da Academia de Ciências da Prússia, em 1914,

Desde o início, o verdadeiro objetivo que tinha em mente para meus esforços científicos era o de uma história comparativa constitucional e administrativa dos Estados no mundo moderno, particularmente a das nações latinas e teutônicas. Nessa direção, eu sentia que a grande obra de Ranke permitia e necessitava de um trabalho suplementar. [...] No todo, a história Prussiana poderia ser para mim um paradigma sobre a formação do Estado moderno e para as mudanças que sofreu (HINTZE, 2017, p. 92).

Em 1902, ao assumir a cadeira de Política e História Constitucional, Administrativa e Econômica da Universidade de Berlim, ainda que com a história da Prússia como referência (GEHARD, 1970, p. 21), seu interesse por teorias mais gerais e pela possibilidade de escrever uma história geral comparativa das constituições no ocidente ficou mais forte e evidente, sendo seus estudos no campo da História da Prússia intimamente ligados ao interesse na história comparativa.

A cadeira que ocupava na academia o possibilitava a mesclar os dois temas, e Hintze objetivava alcançar uma ideia geral da concepção moderna de Estado, no que existe de comum em termos de arranjos individuais e tendências de desenvolvimento entre as diferentes nações. Ou seja, ao mesmo tempo em que contribuía com um importante panorama geral da história da

Prússia e do Império, estabelecia a tentativa de construção de uma sólida hipótese acerca das nações modernas e das instituições ocidentais.

Nesse momento pré-década de 1920, Hintze produziu e publicou obras alinhadas com os interesses do Império. A relação de Hintze com as questões políticas do tempo presente, levando em comparação o alinhamento de vários historiadores contemporâneos a ele, revelava que ele tinha dificuldades em observar de modo positivo as perspectivas democráticas que aos poucos tomavam conta da Europa, ainda que em sua obra, como veremos em outro momento deste trabalho, apontava para uma autoconsciência do sistema político representativo como uma tendência dentre as transformações nas nações ocidentais.

Com a cabeça presa nas reflexões sobre o Estado-nação Prussiano, pouco significava a Hintze, naquele momento, questões ligadas ao parlamentarismo ou mesmo as tendências socialistas que avançavam sobre parte da sociedade. E em seus escritos políticos, sobretudo durante a Primeira Guerra, ele deu suporte ao *status quo* Guilhermino e as políticas imperialistas do governo. É bem possível, entretanto, que em grande medida esse alinhamento estava relacionado muito mais com a posição que Hintze ocupava, enquanto servidor público; talvez enxergasse como uma obrigação a defesa dos princípios monárquicos e a constituição monárquica (OESTREICH, 1978, p.105).

Portanto, o início da carreira de Hintze confunde-se com o aperfeiçoamento do projeto de centralização da Prússia na narrativa alemã, sobretudo no que concerne pensar o Estado Nacional como referência para se entender os valores nacionais e a ética. Esse é um cenário que tão somente começou a se alterar com as críticas e debates acerca do historicismo¹⁵, na virada do século, e com a derrota do Império na Primeira Guerra Mundial.

¹⁵ É preciso levar em consideração, como nos termos propostos por Iggers (1995), que a concepção de historicismo possui diversas nuances tratadas ao longo, sobretudo, do século XX. Sendo tratado como um paradigma do conhecimento moderno ou um termo utilizado para categorizar uma certa percepção de relativismo histórico presente nas ideias da intelectualidade burguesa europeia dos séculos XIX e XX, penso numa ideia mais abrangente de historicismo, sendo a própria condição do conceito moderno de história em suas variáveis disposições.

A derrocada de 1918 foi um divisor de águas para a historiografia nacionalista alemã. Se para alguns a conclusão da guerra poderia ser interpretada como uma espécie de "Revolução Copernicana" para a historiografia, na medida de uma quebra de paradigmas, para Hintze e seus contemporâneos foi um momento de incerteza não visto de modo tão positivo (IGGERS, 1968, p. 230).

A desarticulação do Império, o movimento revolucionário de 1918-1919 e as consequências do Tratado de Versalhes impactaram de maneira significativa o contexto político e os escritos dos historiadores, desenvolvendo o que alguns chamam de "mal estar na historiografia", ou uma espécie de "provincialização da Europa", para ficar num termo proposto por Dipesh Chakrabarty (2000) ao pensar a consciência histórica moderna como uma tentativa de universalização da consciência histórica do ocidente. Tratava-se, portanto, do primeiro momento em que as bases nacionalistas da historiografia tradicional foram abaladas, com a emergência de uma história voltada para aspectos sociais, em toda a Europa. No caso alemão, a história social que contrastava com o modelo de história política da escola histórica tradicional havia perdido fôlego desde a querela envolvendo a obra de Karl Lamprecht¹⁶, no final do século anterior, momento no qual o próprio Hintze deu sua contribuição ao debate (HINTZE, 1975e), e só veria novamente a luz do dia após a Segunda Guerra Mundial.

Hintze se tornou uma das poucas vozes em relação a discussão sobre a história social, na Alemanha dos anos 1920. Em outro aspecto, entretanto, o envolvimento de Hintze foi considerável: a discussão acerca da natureza do historicismo, promovida nos anos 1920 por obras escritas por autores como Ernst Troeltsch, Friedrich Meinecke e o próprio Hintze (1975g). Tal debate fora originalmente motivado pela discordância entre Hintze e Meinecke acerca de qual seria o

¹⁶ Também chamado de *Lamprechtstreit* ou querela dos métodos, foi um debate do final da década de 1890, incitado pelos questionamentos feitos pelo historiador Karl Lamprecht, professor da universidade de Leipzig à época, à historiografia alemã mais tradicional, acerca da possibilidade de se estabelecer leis explicativas dos fenômenos históricos.

conceito básico da concepção moderna de história: Meinecke defendia que era a individualidade, e Hintze a noção de desenvolvimento ou processo histórico (SMITH, 2009, p. 237). Tendo começado em 1888, quando ambos trabalhavam nos arquivos Prussianos, o debate tomou outra forma quando Meinecke recebeu de Heinrich Von Sybel a incumbência de dirigir a revista *Historische Zeitschrift*, em 1893, tornando-se diretor solo três anos depois. Meinecke, enquanto diretor da revista, convidou Hintze para ser colaborador, o que foi um dos fatores que fez render os debates entre ambos. Outra razão importante para o debate tão extensivo é o fato de ambos terem sido considerados figuras fundamentais em seus campos de estudo, Hintze nos estudos comparativos institucionais (prévia da história social) e Meinecke na história das ideias, tendo grande influência na historiografia do século XX (SMITH, 2009, p. 239). Com a chegada de Troeltsch em Berlim e o seu interesse pelo campo da filosofia da história, outros elementos são colocados em jogo, sobretudo no contexto do pós-guerra, inflando o debate, como veremos posteriormente.

Por conta de uma doença que provocou uma gradativa perda de visão, Hintze se viu obrigado, em 1920, a deixar sua cadeira como professor e a afastar-se da pesquisa de campo, o que pôs um limite ao seu objetivo de escrever a história das constituições do Ocidente. Porém, ele continuou produzindo diversos ensaios ao longo da década, que podem ser divididos em dois grupos: aqueles de caráter mais teórico e outros nos quais aplicava suas considerações teóricas a determinados processos históricos (GILBERT, 1975, p. 21), o que gerou novas reflexões sobre a questão da formação e desenvolvimento dos Estados, agora amparadas pelo contexto do pós-guerra e pela aproximação do autor de discussões com teóricos de outras áreas das ciências humanas, sobretudo da sociologia.

Hintze nesse momento ficou conhecido por produzir resenhas críticas de diversos intelectuais ativos à época da República de Weimar, como Carl Schmitt, Werner Sombart, Franz Oppenheimer, Hans Kelsen, Max Weber, entre outros. Nesse sentido, a obra de Max Weber talvez tenha sido a que causou impacto mais significativo, levando Hintze a ser considerado um dos primeiros historiadores Weberianos do século.

Sua produção intelectual findou-se no início dos anos 1930, com o afastamento do autor do campo de produção acadêmica e da Academia de Ciências da Prússia, da qual era membro desde 1914, por conta da ascensão dos nazistas ao poder. Hintze se tornou uma figura reclusa durante os anos 1930, devido a situação política e os efeitos da mesma sobre questões de cunho pessoal¹⁷, vindo a falecer em 1940. Somente após a Segunda Guerra Mundial, com a recuperação das discussões acerca da história social, a obra de Hintze teve seu impacto, sobretudo na própria Alemanha.

Sobre a recepção e influências da obra de Hintze, em meu entendimento é possível destacar um desdobramento principal, levando em conta o impacto de seus textos, sobretudo na Alemanha e nos Estados Unidos, noção que é possível ser chamada de “desencantamento do Estado”, interpretação essa derivada de uma construção de proximidade com a obra do sociólogo Max Weber. Porém, antes de tecer algumas considerações sobre esse assunto, é importante fazer um breve resumo dos principais caminhos a que a obra de Hintze seguiu, após 1945.

Apesar de já considerado com grande destaque por seus colegas contemporâneos, somente após sua morte, em 1940, sua obra foi revisitada e difundida. Primeiramente através de um de seus alunos, Fritz Hartung, que publicou uma coletânea com seus artigos de maior destaque, em volumes que abarcavam história da Prússia, história constitucional e administrativa e teoria da história, publicados entre 1941 e 1942 (HINTZE, 1941; 1942). 20 anos depois, uma reedição dos três volumes da coletânea de Hartung foram republicados por Gerhard Oestreich (HINTZE, 1962), o que possibilitou um maior conhecimento sobre a obra de Hintze.

¹⁷ A esposa de Otto Hintze, Hedwig, como disse na introdução, foi excluída dos círculos acadêmicos e posteriormente perseguida por sua condição enquanto judia, o que levou a uma maior reclusão de seu marido. Após o falecimento de Otto, fugiu para a Holanda, tendo morrido lá sob circunstâncias pouco claras.

Outra via de difusão dos escritos de Hintze foi através de historiadores alemães radicados no exterior por conta da ditadura Nazista¹⁸, ou através dos alunos desses historiadores, com destaque para as teses de Milton Covensky (1954) e Leonard Smith (1967); os artigos publicados por W.M. Simon (1968) e Dietrich Gehard (1970); e a primeira tradução em inglês de parte da coletânea alemã dos ensaios de Hintze, feita por Felix Gilbert (1975). Dessa geração de intelectuais, o mais longevo foi Leonard Smith, falecido em 2013, o qual, em 2009, publicou um livro sobre a relação entre a ascensão da ciência histórica alemã e a Reforma Protestante (SMITH, 2009), no qual utilizou as ideias de Hintze como referência teórico-metodológica, e que teve uma obra completa sobre Hintze publicada postumamente (SMITH, 2017).

Do lado Europeu, como disse anteriormente, Hintze é posto como um dos ancestrais da História Social Alemã, sobretudo a partir da perspectiva da escola de Bielefeld e do entendimento da importância do método comparativo na história. Hans Ulrich Wehler, que escreveu uma das obras mais significativas sobre o Segundo Reich, dizia que a comparação é um método dos mais eficientes e importantes para a produção historiográfica. Outros historiadores também apontaram contribuições importantes de Hintze no campo da história comparada, como Charles S. Mayer (1993) e Carlos Eduardo da Costa Campos (2011).

Autores que se interessaram por questões específicas do passado alemão, sobretudo especificamente Prussiano, tiveram em Hintze praticamente uma de suas poucas referências, como na clássica obra de Perry Anderson (1974), *Linhagens do Estado Absolutista*. É possível citar exemplos de intelectuais na Itália (POMBENI, 2010; RICCIARDI, 2010), na França (KARADY, 1968), além da já citada coletânea espanhola de 1968. Uma obra mais recente, que também merece ser citada, é o trabalho de Wolfgang Neugebauer (2015), uma ampla reflexão atualizada sobre a obra de Hintze e sua relação com as possibilidades de uma história global.

¹⁸ Um caso a se destacar é o da formação de uma comunidade acadêmica alemã muito forte nos Estados Unidos, a partir desse processo de imigração forçada. As ideias de Hintze sobre os Estados nacionais europeus acabaram por ser bastante difundidas por conta dessa comunidade, ao ponto inclusive de alguns desses historiadores terem sido convidados para ministrar cursos para os militares americanos encarregados de coordenar o esforço de desnazificação e reconstrução da Alemanha após a Segunda Guerra.

Não há muito que se destacar da recepção de Hintze fora o mundo europeu e norte-americano. No Brasil, podemos destacar como referência única um dos segmentos da tese de doutorado de Marcelo Durão Rodrigues da Cunha e artigos posteriores (2017; 2020), na qual identifica Hintze como um exemplo de resposta da historiografia frente à crise do historicismo, aqui pensada nos termos da ruptura da concepção moderna de história enquanto elaboradora e orientadora de sentidos para a existência e a cultura europeia. Fora as referências entre os historiadores, é interessante ressaltar que a obra de Hintze também é destacada no campo do Direito, sociologia, Ciência Política, Relações Internacionais e quaisquer pesquisadores de áreas que tem interesse no aspecto social clássico do campo da Teoria Geral do Estado. Outra dimensão importante dessa recepção tem a ver com um dos aspectos fundamentais da obra de Hintze, especificamente do momento pré 1918, que a presença de uma defesa explícita do militarismo como chave para compreender os processos de modernização.

Na perspectiva de algumas análises acerca da teoria social clássica (MALESEVIC, 2006; JOAS; KNOBL, 2013), o tipo de constituição paradigmática que a obra de Hintze na virada do século tem para com a Prússia o colocaria ao lado de uma tradição militarista do pensamento social e histórico alemão. Essa tradição militarista se constituiria de uma exceção a uma regra: a de que a maioria dos intelectuais que pela primeira vez pensaram as origens da ordem sócio-histórica moderna o fizeram sem levar em consideração o papel da guerra e da violência nesse processo (MALESEVIC, 2006, p.13). Segundo Sinisa Malesevic, existiria um consenso entre as teorias clássicas da modernização no século XIX de que acreditar no progresso implicava em acreditar em uma diminuição da brutalidade da guerra e da violência coletiva, e isso valeria tanto para autores ligados a uma perspectiva mais culturalista ou para autores mais ligados a teorias orientadas pelo conflito, como Marx e Weber.

A tradição militarista alemã representaria uma exceção, por algumas razões: reflexões partindo da questão geopolítica alemã, a influência da perspectiva Rankeana e a herança estatista da Prússia. Além de Hintze, outros exemplos podem ser autores anteriores a ele, como Heinrich Von Treitschke, e

até intelectuais que tiveram proeminência na Alemanha do início do século XX, como Carl Schmitt e Ernst Junger.

Essa linhagem militarista do pensamento histórico e social alemão, segundo Malesevic, teria ficado marcada pejorativamente ao longo do século XX, pois se associar intelectualmente a algum desses autores representaria uma associação a um imaginário responsável por lançar as bases do Fascismo alemão, do Nacional-Socialismo e de toda a cultura bélica e expansionista dos alemães entre 1914 e 1945, sendo portanto o distanciamento um imperativo ético desde a Segunda Guerra.

As interpretações da obra de Hintze e sua proximidade com Max Weber

Para concluir esse panorama geral do objeto que estou analisando, é importante estabelecer aquele que é, talvez, o tópico mais recorrente nos modos como a obra de Hintze tem sido interpretada ao longo do último meio século, a saber: uma comparação extensiva entre sua obra e a de Max Weber, localizando em ambos uma série de semelhanças quanto a, por exemplo, a valorização do modelo comparativo enquanto método de análise da realidade, dando novo significado ao individualismo historicista; o uso dos tipos ideais como forma de superação do problema do relativismo e do sentido da história; e o desencantamento do mundo como chave para a interpretação da modernidade.

Em suma, o interesse de Hintze pelo processo de formação dos Estados nacionais é uma possibilidade genuína de se analisar o problema em questão, da relação entre a historiografia ocidental e as nações e suas imagens, sobretudo em um momento de crise e inflexão. Hintze ajudou, em princípio, no aperfeiçoamento da ideia de que os valores nacionais estavam contidos no projeto político Imperial, inclusive num momento de contestação dessa historiografia e de uma reação neo-rankeana a essas contestações, além de usos políticos dessa relação história-nação-estado para justificar o neocolonialismo.

Essa crença no papel do Estado como detentor dos valores nacionais se fragmentou com a Guerra, e no caso de Hintze o maior impacto se deu com a sua aproximação com as teses weberianas acerca do desencantamento do mundo, aqui se falando de um processo de desencantamento do Estado, passando do Estado nacional como um organismo com sentido e valores próprios para um Estado nacional como processo de racionalização do mundo, como fruto de uma institucionalização das relações sociais que se alteram de acordo com os jogos por disputa de poder.

A comparação com Weber adveio, sobretudo, da leitura que os herdeiros intelectuais da tradição histórico-sociológica alemã(KOCKA,1987), em especial os que migraram para os Estados Unidos, fizeram de alguns conceitos-chave presentes em ambos os autores como, por exemplo, a interpretação que o sociólogo Reinhard Bendix dá ao conceito de burocracia (SMITH, 2017, p. 66). Para Bendix e Smith, é a partir da análise do conceito de burocracia que a tradição alemã da virada do século XIX para o século XX, de Gustav Von Schmoller a Weber e Hintze, pensam o desenvolvimento da racionalização das instituições estatais na modernidade e, no caso específico dos dois últimos, a questão do desencantamento do mundo e do Estado nacional.

Segundo Wolfgang Schluchter, o conceito de desencantamento do mundo na obra de Max Weber possui duas dimensões distintas: o desencantamento pela via da religião, que remonta a um processo que vai desde o rompimento das religiões monoteístas com os mitos do mundo “mágico e encantado”, até o protestantismo a partir do século XVI, e o desencantamento pela via da ciência, ambas concepções fundamentais para compreender uma determinada leitura acerca dos processos de modernização (SCHLUCHTER, 2014, p. 35). No caso da obra de Hintze, esse processo se realiza a partir de um afastamento das concepções idealistas de Estado e de nação e de uma utilização das noções de tipo ideal como uma resposta científica e racionalizada ao problema do sentido na história.

Como uma forma de resposta às críticas e questionamentos feitos à historiografia naquele momento, Hintze procurou associar o fazer histórico e

sobretudo a ideia de historicismo a uma epistemologia e não a uma visão de mundo construtora de valores, fazendo aqui uso da distinção weberiana entre ciência e política (WEBER, 2008).

No contexto dos anos 1920, isso significou uma percepção cada vez mais racionalizada e secular da relação entre as nações, inclusive projetando, num viés um tanto quanto kantiano, um futuro no qual as relações se dariam num viés cada vez mais transnacional, com os Estados nacionais sendo instituições participativas de um processo histórico maior. Assim,

Hintze, muito mais profundamente que seus colegas, sentiu o impacto com que a Primeira Guerra Mundial exerceu sobre condições políticas, sociais e econômicas, e a transformação das políticas de um cenário europeu para um mundial em que federações regionais e blocos tornar-se-iam cada vez mais importantes (IGGERS, 1968, p. 235).

Há de se destacar, também, que alguns analisam que tal proximidade entre Hintze e Weber implica numa determinada visão acerca da ideia de modernização e racionalização, sobretudo pensando o ocidente como a vanguarda desse processo.

Apesar de tal tema ter se tornado mais evidente no contexto do pós Segunda Guerra Mundial, com o colapso do conceito moderno de história em prol de uma abertura temporal que vai para além do singular coletivo, e que está constantemente influenciada por políticas e ações de controle e disciplinarização do tempo histórico, a hipótese seguida aqui é a de que as mudanças na percepção que Otto Hintze tem das relações entre a história, os Estados nacionais e as nações pode ser um exemplo destacado para compreender outro momento desse processo. Além disso, tais questões tem algo de relevante para o momento atual, esse em que diversas tendências nacionalistas e extremistas ao redor do globo tem posto na ordem do dia discursos sobre as nações e suas histórias. É no sentido de explorar de maneira aprofundada as considerações feitas nesse capítulo inicial que seguirei ao longo deste trabalho.

Capítulo 2 - Da ascensão guilhermina à grande guerra mundial: o Estado nacional Prussiano como paradigma para a historiografia de Otto Hintze

Após as explanações do capítulo anterior, é possível agora nos concentrarmos em aspectos mais específicos da obra de Hintze e da abertura crítica que, de certo modo, ela representou frente aos modos com os quais a tradição intelectual-historiográfica alemã tratava as noções de nação e Estado Nacional. Nesse capítulo, tratarei do que pode ser chamado de um paradigma Prussiano na obra de Hintze, abarcando desde o início da sua carreira acadêmica até os decisivos anos da Grande Guerra e o fim do Segundo Império Alemão.

Para falar do primeiro momento da obra de Otto Hintze, se faz necessário estabelecer algumas características do clima histórico-intelectual da Alemanha entre o final da década de 1880 e os anos 1910. Tal período, caracterizado pela historiografia como Era Guilhermina, tem sido objeto de uma série de controvérsias analíticas desde ao menos o fim da Segunda Guerra Mundial e do fortalecimento de um núcleo de historiadores que é crítico quanto ao papel do pensamento histórico oitocentista na construção do projeto nacionalista alemão¹⁹.

De um modo geral, a historiografia da segunda metade do século XX constituiu uma visão de que o *fin-de-siècle* oitocentista europeu, com o advento da era das massas, a expansão da industrialização e os intensos jogos de poder das potências imperialistas marcou decisivamente o clima cultural e intelectual do Império Alemão.

Especificamente se tratando das distinções entre a era de Bismarck e o governo de Guilherme II, não é possível não levar em conta o contexto global, as relações políticas internacionais e o expansionismo estatal. Como é

¹⁹ Nesse sentido, uma contribuição fundamental foi a de um estudo feito por Chris Lorenz(1995), que mapeia muito bem as disputas de narrativa da historiografia alemã pós 1945, acerca dos modos de se interpretar o passado alemão pré século XX, passando pelas contribuições da escola de Bielefeld (Hans Ulrich Wehler, Jürgen Kocka); pela análise neomarxista dos ingleses David Blackbourn e Geoff Elley; por Wolfgang Mommsen, Gerhard Ritter e Thomas Nipperdey, entre outros. Todo esse debate, como já explanei anteriormente, está relacionado a pensar ou não o momento anterior a Weimar e a Primeira Guerra Mundial como uma pré-história do Nacional-Socialismo.

colocado por Stefan Berger, a historiografia alemã ao longo do Segundo Império passou da construção de uma justificativa sobre o domínio da Prússia enquanto centro do Estado Nacional para alegar uma posição privilegiada em relação ao sistema político global, justificando a chamada *Weltpolitik*, o expansionismo e o imperialismo (BERGER, 2012, p. 198). Além disso, outro fator de ordem mais interna, nesse momento, seria o de uma maior luta por poder entre diferentes grupos partidários e camadas sociais dentro do Império, naquilo que o historiador Eric Hobsbawm caracteriza como uma espécie de disputa entre o "país real", o das camadas tradicionalmente excluídas da esfera política, e o "país legal", o da esfera política dominada, na maioria dos países naquele período, pela aristocracia local e pautada por privilégios institucionalizados (HOBSBAWM, 1989, p. 126).

Essas mudanças socioculturais da população, além da mudança na dinâmica das relações internacionais, teria sido responsável por um primeiro momento de necessidade de reavaliação dos pressupostos da historiografia disciplinar germânica, o que pode ser interpretado como a constituição de uma crise epistemológica (RINGER, 2000, p. 239) ou pode ser visto como um aperfeiçoamento da tradição.

O excesso de tecnicização do ensino, as influências geradas pelo positivismo científico das ciências naturais, entre outros fatores, teriam colaborado para a ideia da não consolidação plena de uma *Weltanschauung*, da ausência, naquele momento, de um sentido promovido pela produção do conhecimento das ciências históricas aos moldes do que era apregoado pela tradição intelectual desde os dias de Ranke.

Segundo Georg Iggers, a tradição Rankeana envolveria uma filosofia do valor, uma forma de teoria do conhecimento e uma concepção ou filosofia da política, tendo como centro uma rejeição total a qualquer noção de leis naturais. Nas palavras de Iggers, para essa tradição,

Indivíduos e instituições históricas jamais deveriam ser reduzidos a conceitos abstratos, mas poderiam tão somente ser intuitivamente compreendidos nos termos de seu caráter único. Qualquer tentativa de introduzir generalizações na história ou procurar leis gerais de desenvolvimento social constituiria em uma violação da realidade viva e da variedade da história (IGGERS, 1967, p. 383).

As fundações da tradição intelectual Rankeana eram baseadas numa noção de valorização tanto da individualidade, levando em conta essa negação de leis, normas e valores universais, quanto do poder do Estado Nacional na forma de um agente histórico compreendido dentro de seus próprios termos: a individualidade da qual a história consistiria, de acordo com a perspectiva da tradição, é uma referência tanto para pessoas quanto para entes coletivos, como além do Estado Nacional, também as instituições eclesiásticas, culturas e épocas inteiras, com seus valores existindo dentro de seus próprios contextos (IGGERS, 1967, p. 384).

Além disso, tem-se a centralização da Europa como o fiel da balança na constituição da narrativa histórica global, mas uma Europa estabelecida a partir de duas tradições presentes no centro e no oeste do continente: a tradição dos povos latinos e germânicos, cujas interações teriam constituído o desenvolvimento do sistema político das nações até aquele momento (GILBERT, 1975, p.6).

Na perspectiva política, como comentei brevemente no capítulo anterior, os historiadores dessa tradição compreendiam que, ao valorizar eticamente a importância do Estado Nacional dentro de suas narrativas, fortaleceriam o crescimento do poder Prussiano e, por consequência, adquiririam maior liberdade para a Alemanha do ponto de vista das relações internacionais, necessária, sobretudo, por conta da localização geográfica do país, no centro do continente²⁰.

É interessante ressaltar, segundo a leitura feita por Iggers, que tal consideração sobre a liberdade estaria revelando um caráter ambivalente na relação entre o pensamento da tradição historiográfica com a noção moderna de progresso: se por um lado essa noção seria inaceitável do ponto de vista da unicidade e individualidade de cada fenômeno histórico, que não poderiam ser avaliados de uma perspectiva para além de seus próprios limites, ao mesmo

²⁰ Segundo Stefan Berger (1997, p. 27), como modo de justificar o poder de seus financiadores na corte Prussiana, Ranke ajudou a constituir uma argumentação histórica baseada na contraposição ao modelo revolucionário francês e a ideia de que os aspectos individuais da existência são historicamente subordinados ao poder do Estado, que representaria uma ponte quase mitológica entre o passado e o presente, além de cimentar as relações contemporâneas.

tempo revela que os historiadores compartilhavam a certeza que filósofos como Hegel possuíam sobre a solidez do desenvolvimento histórico e a qualidade da cultura alemã e europeia moderna (IGGERS, 1995, p. 133).

Tal consideração otimista para com uma noção aberta de futuro e progresso estaria ancorada na recepção feita pelos historiadores a ideias advindas da teologia protestante, pensando na ideia da existência de um elemento transcendental – uma força divina por trás do desenvolvimento histórico, dando coerência e sentido às diversas individualidades que compunham a narrativa histórica universal (CUNHA; BENTIVOGLIO, 2018).

É nesse sentido, percebendo as semelhanças entre a história e a tradição idealista hegeliana – com a primeira sendo teoricamente bastante devedora da segunda – que temos a concepção de historicismo como síntese da condição existencial da modernidade (MANNHEIM apud IGGERS, 1995, p. 133), a sua forma basilar de experiência temporal, tão descrita por diferentes autores como Koselleck, Gumbrecht e Hartog: a do entendimento das idéias e valores humanos como sendo, inexoravelmente, condicionados à subjetividade histórica e sujeitos a uma mudança conduzida por uma determinada noção de novidade.

De todo modo, é a partir dessas questões que principalmente reside a leitura da primazia da política e das individualidades históricas e grandes nomes enquanto fundamentos para a compreensão dos acontecimentos históricos, excluindo elementos culturais, sociais ou econômicos da equação. Como é dito por Stefan Berger, "os hagiógrafos do estado Prussiano e da dinastia dos Hohenzollern tinham certeza de que era a Prússia que, através de sua destreza militar, havia criado a Alemanha" (BERGER, 2015, p. 271). Portanto, a característica fundamental da tradição Rankeana não seria somente a análise crítica dos documentos, mas uma convicção, uma crença na importância da natureza da história em relação ao poder político (IGGERS, 1968, p. 4).

Se, por um lado, a primazia da política externa de Ranke e o papel atribuído ao Estado nacional ainda não fossem objetos de questionamento no clima histórico-intelectual da Alemanha Guilhermina, o mesmo não se pode

dizer em relação à ênfase na história política e no idealismo transcendental acerca das individualidades e singularidades históricas. E é precisamente nesses pontos que é possível explanar, de forma mais contundente, sobre as contribuições teóricas de Hintze nesse primeiro momento.

Os debates do final do século XIX e as primeiras contribuições teóricas de Hintze

As discussões promovidas pela influência das ciências naturais na tradição historiográfica germânica remontam até mesmo ao período anterior a década de 1890, ainda que só nesses anos elas tenham tomado a forma de uma querela mais contundente. A primeira contribuição visando o aperfeiçoamento dos clássicos, nesse sentido, foi feita por Johann Gustav Droysen no final da década de 1850. Droysen, diferentemente da tradição Rankeana, foi progressivamente se afastando das concepções teológicas que dominavam a perspectiva historiográfica alemã de então. Além disso, muito do que motivava a contribuição de Droysen era a percepção de que, ainda com a existência, entre os povos de língua alemã, de uma conjunção forte entre uma robusta historiografia e uma forte tradição de filosofia da história, faltavam reflexões mais bem elaboradas sobre a natureza da ciência histórica, em termos propriamente epistemológicos (CALDAS, 2013, p. 43). Segundo Ernst Breisach, Droysen, temendo o avanço das ciências naturais,

Negou a noção Rankeana do que os historiadores fazem: proteger o que restou do passado, sobretudo a documentação; avaliá-las criticamente; e então sintetizá-las através da suspeição das partes num todo que reflete uma realidade transcendental. [...] essa perspectiva enfatizava o esforço antiquário sob o trabalho da interpretação. Então quando os historiadores após Ranke desenfatazaram a transcendência, eles ficaram com nada mais do que seu método crítico como teoria (BREISACH, 2007, p. 278).

Nesse sentido, Droysen considera o trabalho do historiador em termos de uma não transcendente, criativa e controlada reconstrução do passado, assumindo um compromisso com fenômenos e objetos (família, Estado Nacional, etc) que não são dados naturalmente ou uniformemente, como afirmariam os positivistas. E isso pensando, sobretudo, a ética e a moral próprias de cada época.

Como é afirmado por Hermann Paul (2008), se por um lado o relativismo possivelmente decorrente da visão de mundo historicista não era um problema para a tradição Rankeana e, de algum modo, nem para Droysen, o mesmo não pode se dizer dos intelectuais no período pós 1890. Se por um lado os historiadores se esforçaram para manter distância dos métodos generalizantes das outras áreas de conhecimento, o aprofundamento da secularização do pensamento desde os tempos de Droysen e o declínio das filosofias idealistas enfraqueceram ainda mais as bases religiosas da tradição. Nas palavras de Georg Iggers,

Os pressupostos teóricos básicos do posicionamento historicista, especialmente a filosofia do valor, foram seriamente questionados após 1890 por Dilthey, Rickert, Troeltsch e Max Weber. Esses homens aceitavam a percepção historicista de que todos os valores humanos são historicamente condicionados, mas reconheciam as sementes de um relativismo ético no historicismo sem ser capazes de oferecer uma saída para os dilemas apresentados pela posição historicista (IGGERS, 1967, p. 384).

A imagem do mundo histórico, reforçada por essa concepção moderna de consciência histórica teria, portanto, provocado um paradoxo: tratar o mundo como inexoravelmente marcado por mudanças espontâneas e um fluxo temporal contínuo e incessante estabeleceria uma crítica aos próprios pressupostos religiosos dessa consciência histórica, que não estariam imunes à mudança.

Ou seja, como manter a crença na força do Estado Nacional e dessa concepção de passado individual como agentes históricos em um mundo em que cada vez mais não se considerava a existência de uma força transcendental conduzindo todo o processo histórico? De algum modo, esse "ensimesmamento" do passado, do modo como era pensado pela cultura histórica oitocentista, não resultaria em uma sociedade paralisada frente aos dilemas do presente? Um desafio claro, porém difícil, seria o de nesse sentido reconciliar mudanças e continuidades históricas, de modo a gerar um conhecimento histórico geral e verdadeiro que pudesse dar conta da unicidade e individualidade dos fenômenos, do fluxo histórico, do afastamento de leis generalizadoras e da metafísica (BREISACH, 2007, p. 281).

Tal tentativa de se estabelecer sistematicamente uma nova teoria da história nesses anos precedentes à Primeira Guerra Mundial apareceria através das contribuições de pensadores como Wilhelm Dilthey e da virada Neokantiana promovida por filósofos como Wilhelm Windelband e Heinrich Rickert.

No caso de Dilthey com uma afirmação neocartesiana da existência de um mundo dos fenômenos humanos separado dos fenômenos naturais através de uma via não-metafísica, pois tais fenômenos estariam restringidos ao próprio elemento humano e não a algo transcendente ao ser humano, e no caso de Windelband com a afirmação de uma necessidade de estabelecimento, para a história, de uma nova estrutura axiológica (esfera de valores) para a mesma. Ambos os autores, a partir dessas questões, discutiriam o elemento do relativismo através da tentativa de uma apropriação Kantiana de categorias fixas para a compreensão histórica, ou seja, encontrar no conhecimento histórico elementos de compreensão atemporal, tal como Kant fez em relação ao conhecimento físico (BREISACH, 2007, p.281).

Diferentemente dos filósofos, a tentativa de resposta à condição historicista da modernidade europeia pelos historiadores não encontraria sua luz até o fim da Primeira Guerra Mundial, de modo contundente, o que não significa que foi um problema totalmente ignorado pelos mesmos. Do ponto de vista teórico – epistemológico, um grande desafio à tradição foi posto na primeira década da Alemanha Guilhermina, no qual Hintze teve uma participação considerada como notável, com um impacto no restante de sua carreira.

Como pontuei no capítulo anterior, trata-se da querela entorno da obra do historiador Karl Lamprecht. Tendo início em 1891, o ataque de Lamprecht à tradição causou uma furiosa controvérsia através de sua obra *História Alemã*, publicada naquele mesmo ano. Então professor da Universidade de Leipzig, num diálogo com tendências e debates estrangeiros, Lamprecht produziu uma série de reflexões que atacavam o modelo de história política nacional alemã, que segundo ele era excessivamente individualizante e incapaz de estabelecer uma cientificidade complexa para a disciplina, num caráter de reflexão teórica já bem assentado desde Droysen. Lamprecht rejeitava o método Rankeano, que estaria condenando a historiografia a um afastamento de concepções

coletivas e mais empiricistas, ou seja, a uma concepção mais bem elaborada de ciência (CHICKERING, 1993). A proposta de Lamprecht, portanto, como alternativa à tradição, estaria num modelo de análise histórica baseado em leis gerais a serem descobertas e estabelecidas, para transformar a história em uma ciência pautada numa ideia de causalidade estrita.

O historiador Felix Gilbert afirma que, para Lamprecht, a descoberta de tais leis poderia se dar com a aplicação de um modelo de psicologia social, através do qual seria possível encontrar um processo de continuidade nas mentalidades coletivas ao longo da história. Tal modo de história psicossocial necessitaria de um aporte teórico-metodológico que incorporaria estudos no campo da literatura, das artes e todas as formas de atividade humana na investigação histórica (GILBERT, 1975, p. 357). Se posteriormente muitos enxergaram na proposta de Lamprecht uma forma de "história social", ele mesmo preferiu chamá-la de "história cultural" (*Kulturgeschichte*). A historiografia francesa, por exemplo, enxergou em Lamprecht um ancestral do campo da história das mentalidades.

Por sua aposta nas estruturas coletivas como modo de explicação histórica, rompendo com o idealismo individual em volta dos Estados nacionais, o historiador foi imediatamente rechaçado por seus pares (CUNHA, 2017, p. 128). Os ataques de Lamprecht eram vistos não só como uma discordância contra seus colegas contemporâneos, mas como um questionamento dos pilares fundamentais do pensamento histórico alemão.

Por sua ênfase na busca por leis da história, ele foi acusado de estar por demais próximo do positivismo francês, e por sua ênfase num modelo coletivo-estrutural o viam também como um historiador de tendências marxistas (CHICKERING, 1993, p. 175-176). Georg Iggers nos diz que ambas as leituras representam um equívoco, e que do ponto de vista político Lamprecht não era muito menos nacionalista do que seus pares, apesar das mudanças que propôs para a estrutura da disciplina (IGGERS, 1968, p. 130).

Por conta desses ataques, as visões de Lamprecht, numa concepção mais radical, ficaram no ostracismo por décadas em relação aos debates acadêmicos na Alemanha. Por outro lado, temos em Hintze uma recepção um

pouco menos hostil as idéias de seu contemporâneo, buscando encontrar um meio termo na discussão.

Em suas memórias, o historiador Friedrich Meinecke destaca a contribuição de Hintze como a melhor dentro da *Lamprechtstreit*. À época editor da revista *Historische Zeitschrift*, Meinecke convidou Hintze, em 1897, para escrever um ensaio compartilhando suas visões do debate, naquilo que foi a entrada de Hintze no campo da teoria da história (GILBERT, 1975, p. 359).

Tendo terminado seu doutorado em história medieval em 1886, Hintze iniciou sua carreira acadêmica dois anos depois, no chamado projeto da *Acta Borussica*, ou arquivos prussianos, como já comentei no capítulo anterior. Hintze, portanto, construiu suas bases de pesquisa à luz do aprimoramento das teses estabelecidas pela tradição, ainda que em termos de filosofia política seu compromisso com o nacionalismo conservador talvez não fosse igual ao dos demais. Ao longo da década de 1890 publicou seus primeiros trabalhos no campo de história da Prússia, com os debates provocados por Karl Lamprecht no meio desse primeiro período.

Intitulado *Sobre abordagens históricas individuais e coletivas*, o texto escrito por Hintze em 1897, como já foi dito, foi seu primeiro texto no campo da teoria da história, marcando determinadas posições que o autor buscava aperfeiçoar nas décadas posteriores. O interesse de Hintze no campo da teoria da história deu-se muito por conta de sua própria formação acadêmico-intelectual, levando-se em conta que foi aluno de Droysen e Dilthey; ao mesmo tempo, tinha seu apreço por parte da ortodoxia historiográfica Rankeana, talvez não sendo então exagerada a percepção de Meinecke sobre Hintze ter encontrado um meio termo na *Lamprechtstreit*.

Hintze observa uma pertinência nos questionamentos levantados por Lamprecht, uma vez que o debate sobre a existência ou não de leis históricas remontaria ao início daquele século, como sabemos ao analisar as discordâncias entre historiadores e filósofos da história. O que Hintze vê como novidade, e em sua percepção Lamprecht ignora, é a presença de uma discussão acerca das relações entre ciência e valores, ou entre método e visão de mundo, que de algum modo é o que determinaria o problema de

existirem ou não padrões a serem encontrados e expressos por leis de desenvolvimento histórico.

A partir disso, Hintze concorda que a psicologia social representaria um avanço interessante para as humanidades, mas que o erro de Lamprecht era o de incorrer numa separação entre aspectos individuais e coletivos da psicologia social, ao dar ênfase maior para as coletividades. Mas diferentemente dos outros críticos de Lamprecht, ele não vê na ênfase junto à psicologia social um problema para a tradição germânica, muito pelo contrário: observa que os próprios alemães são pioneiros em formas básicas de se pensar a psicologia social coletiva. Hintze afirma:

Suas raízes remontam a era de nossa cultura idealista; quando Hegel falava sobre um "espírito objetivo" e Jakob Grimm falava sobre a "alma do povo", eles tinham em mente forças intelectuais coletivas com as quais deduziam a existência de uma psicologia de massas (HINTZE, 1975e, p. 361).

Tal discussão, segundo Hintze, sempre esteve presente de modo escamoteado também na filologia clássica, como nos trabalhos de Wilhelm von Humboldt e também em autores fora do ambiente de língua alemã, não sendo portanto uma novidade. Lamprecht, nas palavras de Hintze, entende corretamente que existe uma importância primordial na abordagem social da história, uma vez que a história seria produto de forças dirigidas pelos seres humanos, tanto individualmente como todos os seres humanos conectados por forças coletivas.

O problema aqui é que para Hintze não existe tal separação entre o individual e o coletivo, na história. Ambos são aspectos que se conectam organicamente, sendo o coletivo o produto de uma conjunção de forças individuais, estando a mercê de mudanças provocadas pelas alterações nos impulsos de liberdade individual, enquanto o indivíduo também pode estar a mercê de necessidades impostas pelo coletivo. Esse constante aporte dialético entre liberdade individual e necessidade coletiva é o que forma a história. Para Hintze, naquele momento, longe de serem elementos que devem ser analisados distintamente,

O fator individual se faz sentir no desenvolvimento coletivo; é refletido no crescimento e transformação da linguagem e dos costumes, da

economia e do direito, assim como está refletido na origem dos Estados e nos conflitos entre nações [...] e por outro lado, mesmo a atividade consciente de um personagem histórico está confinada dentro dos limites estreitos estabelecidos pelo desenvolvimento da opinião pública e pelas condições que são criadas (HINTZE, 1975e, p. 364).

Levando isso para o interesse maior de Hintze na história dos desenvolvimentos nacionais, temos, portanto, que a solução dele para o impasse gerado pelo debate com a obra de Lamprecht é pensar a escrita da história global como fruto de uma forma comparativa das histórias singulares nacionais, como se as nações funcionassem como indivíduos em constante interação, ao mesmo tempo pensando nos fenômenos geopolíticos e históricos globais como construtores das nações e Estados nacionais. Nas palavras do autor,

[...] contrastes entre nações e Estados e a união de ambos formam o processo da história mundial [...] um desenvolvimento paralelo, como o dos povos latinos e germânicos, é baseado em uma fundação cultural comum que não é um presente da natureza mas uma realização da história mundial. [...] vivendo sob o domínio das mesmas forças culturais universais, as nações tem uma vida em comum como indivíduos vivendo em um mesmo grupo social (HINTZE, 1975e, p. 366-367).

Ou seja, longe da singularidade do Estado nacional ser algo quase metafísico e trans histórico, ela é produto das relações de poder entre as diversas singularidades que compõem a história coletiva global, sendo portanto necessário comparar conjuntamente países diferentes, para se ter um quadro geral do desenvolvimento da história. Assim, Hintze conclui sua abordagem em meios termos, unindo a concepção individualizadora da tradição alemã com a importância dada por Lamprecht ao aspecto coletivo do desenvolvimento histórico.

A percepção de Hintze pode ser vista como um produto do *fin-de-siècle*, da leitura da política imperialista do seu tempo presente e das interações do Império Alemão com as demais potências colonialistas e as sociedades fora da Europa. Por exemplo, Dietrich Gehard, um dos alunos de Hintze e que se tornou um grande divulgador da sua obra, afirma que a leitura comparativa proposta por Hintze seria um sinal de sua adequação a uma ideia de "primazia da política externa", de que a estrutura política e histórica das nações é

dependente de suas relações no contexto global e, sobretudo, do modo como as pressões externas coletivas moldam tais estruturas (GEHARD, 1970, p. 25).

Gehard afirma que, para Hintze, o sistema europeu de Estados Nacionais é destacado como um exemplo excepcional de desenvolvimento histórico baseado nas relações entre forças individuais e o coletivo, cuja complexidade diferia de outros contextos em que grandes impérios se tornaram a regra. É preciso ressaltar que tal visão eurocêntrica é uma discussão recorrente na carreira de Hintze, ainda que não no mesmo sentido e grau; Gehard enfatiza que a leitura de Hintze sobre uma história coletiva universal é diferente de uma noção de filosofia da história. Para Hintze, o processo histórico não possui tal caráter progressista e evolutivo, como é apregoado numa leitura Hegeliana, mas numa dinâmica muito menos determinista.

O texto de 1897 é um marco quanto ao modo de Hintze pensar a manutenção de determinados aspectos da tradição Rankeana em conjunto aos desafios teórico-epistemológicos da virada do século. A partir desses pressupostos teóricos, ainda nos anos anteriores a 1914 ele produziu ensaios aplicando sua noção de história comparativa dos Estados Nacionais, tendo na Prússia o exemplo chave a partir do qual, na perspectiva de Hintze, poderia se pensar tanto o desenvolvimento do sistema político europeu da época como uma própria teoria da modernidade e dos processos de modernização, como veremos a seguir.

O paradigma Prussiano: o militarismo como elemento chave da modernidade nacional europeia

Como brevemente comentei no capítulo anterior, a partir de declarações do próprio Hintze, diversos autores consideram que seu interesse pela Prússia era de tê-la como um modelo para compreender comparativamente a ascensão do moderno sistema político-nacional europeu.

A partir da reflexão teórica desenvolvida e sistematizada na *Lamprechtstreit* – a relação entre fatores individuais e forças e padrões de interesse coletivo – os primeiros ensaios de Hintze gerados como resultado de seus anos de pesquisa nos arquivos prussianos colaboraram para uma revisão complexa quanto ao modo que a tradição historiográfica pensava a importância da monarquia Hohenzollern e seus membros, ou seja, o Estado nacional na figura dos grandes nomes individuais (GILBERT, 1975, p. 10).

Amparado pela documentação arquivística levantada, Hintze compreendia ter revelado os limites do poder monárquico ao longo da constituição do Estado Nacional, que detinha o controle das instituições burocráticas mas ao mesmo tempo teria de conviver com o fato de que tal burocracia se estabelecia numa relação de continuidades e rupturas dependente das necessidades da sociedade, necessidades estas fruto de contingências que escapavam do controle institucional. Tal dimensão da dialética individualidade-coletividade era importante para Hintze, no sentido de ajudar a constituir uma teoria sobre mudanças e continuidades históricas na modernidade nacional, em se tratando aqui de aspectos institucionais. Nessa via, dois estudos são destacáveis no período imediatamente anterior à Primeira Guerra.

O primeiro ensaio, intitulado “*movimentos reformistas prussianos antes de 1806*”(HINTZE,1975c) é destacável a partir de uma interpretação um tanto quanto Tocquevilliana da história nacional (GILBERT, 1975, p. 11), com o qual Hintze repensou o papel das reformas político-administrativas no Reino da Prússia, no período anterior às invasões napoleônicas (HINTZE, 1975c). Publicado originalmente em 1896, portanto anteriormente ao seu texto sobre o “caso Lamprecht”, é tido como um estudo pioneiro no campo da historiografia prussiana no sentido de repensar os impactos da Revolução Francesa e da expansão napoleônica na modernização dos Estados Nacionais de língua alemã.

Do ponto de vista das tendências historiográficas de sua época, novamente a interpretação de Hintze é a de um meio termo entre os Rankeanos e os historiadores com um pensamento heterodoxo. Ao pensar que a modernização do Estado Nacional estava mais relacionada a um movimento institucional do final do século XVIII, seu trabalho colocaria em xeque a construção mítica acerca

dos movimentos de reação ao domínio francês pós 1806, um momento que a tradição historiográfica considerava fundamental para centralizar a narrativa da unificação alemã a partir da Prússia. Segundo Hintze, “as reformas realizadas após 1807 podem ser consideradas até certo ponto uma continuação dos esforços que vinham sendo feitos desde a ascensão de Frederico Guilherme III”(HINTZE, 1975c, p. 67).

Por outro lado, Hintze não aceitava a leitura feita pelos novos historiadores em enxergar os reformadores do final do século XVIII como protagonistas de um movimento liberal que teria rompido completamente com as instituições do Antigo Regime. No sentido do meio termo, o que Hintze defenderia era um movimento categoricamente marcado pela manutenção de antigas instituições ao longo do processo de modernização nacional, um dos parâmetros recorrentes em diversos trabalhos ao longo de sua carreira.

O outro ensaio voltado à questão institucional especificamente prussiana (intitulado *Os Hohenzollern e a nobreza*) foi publicado em 1914 (HINTZE, 1975d). Em meio ao clima de tensão européia que gestava a Grande Guerra e da escrita da biografia dedicada aos Hohenzollern, publicada no ano seguinte, Hintze produziu um estudo dedicado a discutir a relação central entre a nobreza prussiana e o *ethos* militarista do Império, aplicando ênfase no papel constituído pelos nobres durante o século XVIII enquanto modelo do que deveria ser a relação entre a população e o Estado Nacional. Porém, longe de ser uma análise focada na glorificação da agência estatal, novamente aqui Hintze se mostra um leitor crítico da tradição historiográfica, ao apontar relações de intensa disputa entre a nobreza e a monarquia ao longo dos séculos, além de afirmar a quebra dos privilégios dos nobres após o fim do Antigo Regime.

As intenções de apresentar uma leitura crítica da tradição, nesse ensaio, se mostrariam bastante influenciadas ao se pensar o contexto político interno: naqueles anos, a disputa institucional e a crítica advinda da esquerda socialdemocrata contra a nobreza *Junker* eram consideradas ameaças ao status quo, e na concepção de Hintze tal discussão exigiria respostas que o simples trato dado pelos historiadores tradicionais não daria conta. A dinâmica política da era imperialista exigia, sobretudo, o reforço da importância das classes médias como fiéis da balança na manutenção do posicionamento global dos países, levando-se a uma reavaliação do lugar da nobreza latifundiária na estrutura

nacional, no caso do Império Alemão. Ambos os ensaios, segundo Felix Gilbert, revelam o que se tem de preponderante na leitura de Hintze naquele contexto em relação à tradição Rankeana ortodoxa. A partir do problema individual-coletivo e as noções de rupturas- continuidades históricas subsiste a questão da interconexão entre a ação humana e a sua subordinação a um único pressuposto político centralizado (GILBERT, 1975, p. 11).

O interesse pioneiro de Hintze quanto aos aspectos institucionais e econômicos prussianos se justificaria por tais aspectos serem centrais para uma teoria de análise do poder político e das instituições militares nacionais. Não existiria dúvida, portanto, quanto a legitimidade da teoria Rankeana acerca da primazia da política externa e das relações internacionais para Hintze, nesse momento. Analisar e compreender a história da Prússia como paradigma historiográfico significaria estabelecer um olhar direcionado a um modelo militar de desenvolvimento das nações na modernidade, a partir da tradição militarista que citei no capítulo anterior, sobretudo constituindo uma diferença entre o militarismo típico do contexto da unificação – aqui representado pelas ideias de Heinrich Von Treitschke, e a percepção Hintzeana.

Falar da diferença entre as teorias de Treitschke e Hintze é falar precisamente das mudanças ocorridas na perspectiva tradicionalista a partir da década de 1890, que venho tratando até aqui. Treitschke, enquanto historiógrafo-mor do processo de unificação, traz o militarismo no âmago da sua própria definição de Estado Nacional, que se confunde com uma condição de poder antropomorfizado, como se fosse uma entidade com vida, personalidade e vontade próprias. Longe de serem estruturas que coletivamente unem os interesses e necessidades de uma população, a nação e o Estado Nacional seriam expressões contrárias à soberania popular, voltadas exclusivamente para a guerra. Tal interpretação, segundo Malesevic, seguiria de forma contundente a tradição prussiana:

Assim como outros representantes da escola histórica prussiana profundamente influenciados pela teleologia hegeliana, como Droysen ou Duncker, Treitschke compreende a história como um processo ético no qual o sucesso de um Estado em particular, definido em grande medida por sua habilidade de vencer guerras, é interpretado como um indicador de sua moralidade superior. O Estado, e particularmente o Estado-nação moderno, é um absoluto

moral que paira acima dos indivíduos, possui poderes onipotentes e molda sua existência pelo conflito eterno com outros Estados (MALESEVIC, 2006, p. 18).

Diferentemente de seu antigo professor, ao invés da glorificação da guerra, do militarismo e da singularidade nacional, Hintze investigaria as origens dos Estados Nacionais e da própria modernidade européia através de uma sociologia histórica do poder e de suas transformações.

Em um ensaio publicado originalmente em 1902, intitulado “*A configuração dos Estados e seu desenvolvimento constitucional*” (HINTZE, 1968c), na *Historische Zeitschrift*, são estabelecidas duas ideias fundamentais para a proposta de análise do autor: o conceito de *Staatsbildung*, que pode ser traduzido como desenvolvimento, configuração ou formação estatal, conceito este que para Hintze definiria o modo a partir do qual as continuidades e rupturas históricas no âmbito dos Estados deveriam ser interpretadas e articuladas.

A segunda ideia fundamental é a da vinculação, não somente entre a política interna e externa, mas entre a política e a situação política externa e a maneira como os Estados e nações se configuraram ao longo da história. Ou seja, para Hintze pensar o sistema moderno de Estados Nacionais é pensar a origem de sua configuração nas relações políticas internacionais, e ele inclusive defendia a constituição de uma área de conhecimento autônoma acerca desse tema. Reconhecendo uma importância fundamental na concepção marxista de “luta de classes”, para pensar como a configuração do Estado pode ser um reflexo dos movimentos internos da nação, Hintze dá um passo além ao considerar também os movimentos externos como importantes.

Nesse ensaio de 1902, Hintze apresenta uma síntese da formação dos Estados a partir dos pressupostos teóricos que defendia, indo desde os grandes impérios da antiguidade até a constituição dos Estados Nacionais modernos em seu viés parlamentar-representativo; em suma, em contraste com a visão sobre a constituição do poder essencialmente nacionalista de Treitschke, Hintze ofereceria uma interpretação histórico-comparativa do desenvolvimento do poder político até a modernidade, buscando compreender o presente imperialista da virada do século (SIMON, 1968, p. 205).

Para Hintze, a configuração dos Estados se efetua “através da guerra, da colonização, da conquista e, ao mesmo tempo, dos “assentamentos pacíficos”, da mescla e exclusão de diferentes culturas entre si” (HINTZE, 1968c, p.17). Para essa explicação, não basta somente a alusão a singularidade nacional, mas também a uma admissão da importância das condições externas de vida num sentido menos progressista do que certas filosofias da história, como o Hegelianismo, conseguem pressupor, já que, para Hintze, “ a vida histórica não é um desenvolvimento espiritual isolado, progressivo em si mesmo, como talvez admite Hegel, mas uma constante cooperação e contraposição do mundo interior e do mundo exterior”(HINTZE, 1968c, p.19).

Dado o papel dos conflitos entre nações na teoria de Hintze, as formas de organização do poder militar teriam proeminência como modo de explicação do processo histórico, e daí o *Ethos* militarista prussiano surge como base comparativa para se entender o Estado Nacional moderno. Para além disso, outra razão se sobressai, a do interesse de complementar a obra de Ranke, que versaria especificamente sobre o desenvolvimento dos povos latinos e germânicos. Aqui, a síntese dessas ideias está presente em uma palestra dada em 1906 (HINTZE, 1975b) junto ao *Gehe Stiftung*, uma fundação criada pelo industrialista Franz Gehe com o objetivo de estimular e treinar indivíduos para o ingresso em carreiras do serviço público.

Procurando se ancorar por exemplos da política internacional recente à época, como os conflitos coloniais do Império Alemão na África, a crise no Marrocos entre a Alemanha e a Inglaterra e o caso Dreyfus na França, Hintze apresentaria sua hipótese sobre o militarismo e a formação nacional. Os processos de modernização, aqui, tem proeminência: Hintze afirma que toda organização estatal, originalmente, era uma organização voltada para a guerra e o conflito, e com a mudança nas condições econômicas da sociedade o papel do militarismo teria assumido outras características, de acordo com as necessidades de cada nação.

Partindo para uma distinção bastante recorrente entre intelectuais alemães do século XIX e parte do XX²¹, Hintze comenta sobre a hipótese do sociólogo britânico Herbert Spencer, da existência de duas categorias de organização

²¹ Aqui me refiro ao debate acerca das diferenças entre os conceitos de *Civilization* e *Kultur*, vistos como duas características marcantes da distinção da visão de mundo germânica em relação ao contexto da Europa Ocidental, sobretudo Inglaterra e França(ELIAS,2011).

social na modernidade, uma predominantemente industrial e outra militar (HINTZE, 1975b, p. 181-182). Para Hintze tal distinção se constituiria, precisamente, do tipo de condição externa que é imposta à nação.

Mesmo não sendo completamente opositor à ideia de que a diminuição de sociedades com características militaristas fosse uma questão a depender das contingências, ainda assim Spencer estaria desenvolvendo um teleologismo na relação entre o modelo militar e o industrial, como se o progresso histórico estivesse levando as sociedades do primeiro modelo para o segundo, no que Hintze discorda. Spencer estaria levando em conta a situação inglesa, cuja posição geográfica teria determinado outro tipo de relação entre a sociedade e o militarismo, facilitando o desenvolvimento do modelo industrial e até mesmo as condições do modelo representativo de constituição governamental.

Das estruturas greco-romanas ao sistema feudal europeu, com a divisão entre o poder eclesiástico e monárquico, e da formação das estratificações sociais ao ordenamento absolutista, para Hintze os exércitos estariam por trás do desenvolvimento histórico da Europa continental e do sistema de Estados Europeu. Ou seja,

A constante rivalidade entre os grandes poderes, o que ainda estava misturado a diferenças confessionais; a tensão política permanente que invariavelmente provocava mais esforços militares, para que os Estados singulares pudessem preservar suas independências, e assim a base de suas prosperidades e culturas; em resumo, o poder político e o balanço desse poder criaram as fundações da Europa moderna e o sistema internacional, assim como o sistema absolutista de governo e os exércitos permanentes no continente (HINTZE, 1975b, p.199).

Nesse sentido, a Prússia seria um modelo exemplar em relação ao mundo moderno, dada a relação da nobreza com o serviço militar e a disciplinarização social nas relações estratificadas (HINTZE, 1975b, p. 200).

Porém, seria com a influência da Revolução Francesa que o papel dos exércitos nacionais teriam sua mudança mais drástica, tornando-se algo diferente do Antigo Regime: exércitos voltados à constituição de ideais de patriotismo, de liberdade nacional e voluntarismo, que seriam difundidos pela Europa com a expansão napoleônica. Nessa medida, o antigo sistema prussiano teria sido o que melhor readequou as novas tendências militaristas, servindo como exemplo para outras localidades de língua alemã e até para países fora do universo alemão.

Segundo Hintze, as necessidades impostas à adequação desse novo modelo de militarismo teriam sido responsáveis por uma maior abertura em função da liberdade política na modernidade, sendo no caso prussiano destacáveis a abolição de privilégios das antigas estruturas estamentais e o fim da servidão, com a participação de outras camadas da sociedade nas funções do Estado Nacional. Para Hintze,

O sistema Monárquico-constitucional Prussiano, em contraste a um verdadeiro governo parlamentar, corresponde à estrutura de sua organização militar, o que continuou deixando o exército nas mãos do monarca. Esse sistema foi copiado em outros estados alemães e, por analogia, transitado para o Império(HINTZE, 1975b, p.210).

Em suma, o texto escrito em 1906 apresenta uma ousada leitura da tradição militarista prussiana a partir de um modelo de sociologia histórica que visaria afastar a compreensão do passado de uma glorificação das individualidades nacionais, ainda que defendendo a posição política do Império no continente. A questão do Estado Nacional representativo, aos moldes europeus, enquanto *Télos* dessa condição histórica militarista é um problema com o qual Hintze voltaria a se confrontar após as mudanças geradas pela Primeira Guerra Mundial. Por ora, é fundamental destacar, como último momento da defesa de Hintze ao Borussianismo, suas ideias expressas como resposta aos acontecimentos imediatos da guerra.

A Primeira Guerra Mundial, a crítica ao Borussianismo e o problema da política externa

No início de 1915, poucos meses após a eclosão da Grande Guerra, já poderia se falar no estabelecimento de um clima generalizado, entre os intelectuais europeus, de defesa irrestrita do posicionamento de seus países em termos de ideais nacionalistas. Se nos anos anteriores muitos se dividiam, entre as reflexões sobre os limites do historicismo e da filosofia do progresso e uma postura de confiança quanto a solidez dos valores da comunidade internacional nos mesmos termos de progresso intelectual e científico (STERN,

2004, p. 246), a guerra para vários intelectuais constituiu o fortalecimento de uma postura ético-política mais sólida nas reflexões acadêmicas, longe de um apartidarismo e uma isenção calcada num ideal de neutralidade, uma espécie de retorno ao idealismo das décadas anteriores à Era Guilhermina (RINGER,2000,p.174).

Para utilizar de uma comparação feita pelo historiador Fritz Stern, na comunidade dos historiadores alemães não havia um equivalente a Marc Bloch, em relação à participação no conflito: os historiadores já consagrados eram velhos demais para lutar no front, e aqueles que viriam a ocupar postos nas décadas seguintes eram muito jovens (STERN,2004, p. 249).

Na perspectiva do discurso, porém, era outra questão. A celebração das chamadas "ideias de 1914" alimentariam um imenso volume de produção literária nos anos do conflito (RINGER, 2000, p. 174-175). Tais ideias alimentavam o imaginário de contraposição entre a Alemanha e a Europa Ocidental, nos termos que já havia mencionado anteriormente. Do ponto de vista da geopolítica do presente, seriam discussões referentes a se pensar sobre quem teria a responsabilidade pelo início do conflito e, sobretudo ao se falar do lado alemão, das hostilidades no campo cultural e das ideias. Parte da comunidade acadêmica alemã reagiu a determinados elementos da propaganda dos países da Tríplice Entente, sobretudo em uma questão relevante para a discussão desse trabalho: a crítica ao prussianismo enquanto elemento nocivo à Alemanha e a Europa num todo.

Tal crítica, advinda, sobretudo, da Inglaterra (RINGER, 2000, p. 175), tinha como mote a separação entre a cultura alemã e o projeto militarista prussiano, alegando que tal projeto solapava qualquer pretensão de existência de outros elementos morais e éticos na sociedade Imperial. O que se teve como resposta foi um argumento que advogava cada vez mais por uma ideia mais ampla de Alemanha e de cultura alemã para além da Prússia; ou seja, naquele momento estaria se gestando um outro componente da crítica ao projeto Neo-Rankeano: além do questionamento da tradição epistemológica, a própria filosofia política da historiografia prussianista seria então um objeto em crise.

Nesse momento específico da guerra, Hintze se colocaria, se não ao lado dos Rankeanos mais exacerbados, ao menos ao lado da linha de ataque e defesa à cultura alemã e a soberania do país, usando como recurso discursivo a questão da primazia da política externa como ponto de reflexão. Em 1915, com a publicação da obra *A Alemanha e a Guerra Mundial*²², temos a última contribuição de Hintze para a questão do projeto político prussianista. Além de ter sido um dos organizadores do volume, Hintze contribuiria com dois textos, ao lado de colegas como Gustav Von Schmoller, Ernst Troeltsch, Friedrich Meinecke, entre outros. Segundo os editores da tradução americana da obra, se trataria de uma série de textos discutindo problemas para além da questão da guerra, como o "lugar" da cultura germânica e da própria Alemanha no mundo moderno e as narrativas sobre o desenvolvimento cultural e social do Império (WHITELOCK, 1916, p.3).

As contribuições de Hintze expressam todo o seu interesse por uma interpretação das nações a partir da situação política externa às mesmas, como vinha fazendo em seus escritos ao longo das décadas anteriores. Aqui, o uso da primazia da política externa vem com um caráter defensivo, de justificativa das ações do Estado Nacional alemão, sobretudo, a partir de uma leitura da posição geográfica do país. Hintze diz que o que haveria de distinto da cultura política do Império, em comparação com os seus adversários, como a diminuta presença política do parlamento e do modelo de governo liberal, se justificaria historicamente pela presença da Alemanha no centro do continente, exigindo outro tipo de postura interna diferente, por exemplo, dos ingleses (HINTZE, 1916, p. 9).

Nesses termos, a Inglaterra é posta como a maior adversária, não só da Alemanha, mas do equilíbrio de poderes do sistema europeu de nações. Tal equilíbrio na perspectiva de Hintze é uma característica dos processos de modernização, e que com os ingleses e a expansão colonial assumiu um caráter cada vez mais global, pela expansão colonialista (HINTZE, 1916, p. 27).

²² Tal obra foi republicada, em 1916, nos Estados Unidos, com o objetivo, segundo seus editores, de esclarecer para o público acadêmico americano alguns aspectos da defesa intelectual e cultural feita pelos alemães a seu projeto nacional (WHITELOCK, 1916).

O enfoque numa perspectiva de desenvolvimento histórico e sociológico, no sentido de explicação dos conflitos entre as nações, teria um objetivo claro: afastar o componente ético da equação. Ou seja, o interesse da análise de Hintze seria o de estabelecer uma explicação para o conflito que não se resumisse a uma defesa intransigente de uma ética superior conduzindo os projetos políticos das nações. Mais uma vez, portanto, as nações e Estados Nacionais para Hintze não são expressões de uma ética individual como a de sujeitos históricos, mas sim o produto da relação entre forças e interesses conduzidos pela liberdade individual em função de necessidades coletivamente construídas.

O aperfeiçoamento e o colapso da hipótese borussianista: uma síntese

O argumento desse capítulo consistiu em estabelecer, em termos gerais, o primeiro momento da carreira acadêmica de Otto Hintze em um paralelo comparativo mais amplo: o processo de tentativa de aperfeiçoamento do Borussianismo enquanto elemento central de parte da tradição historiográfica alemã e o seu subsequente colapso. Dado a partir da crítica epistemológica gestada, sobretudo, por filósofos, sociólogos e alguns historiadores, tal colapso também chegou ao nível da crítica à filosofia política militarista da Prússia, a partir da propaganda britânica na Primeira Guerra Mundial e da derrota alemã no conflito.

É claro, tal condição de crise do ponto de vista dos historiadores passaria a se expressar, sobretudo, somente a partir dos anos 1920, de modo incipiente, e de modo mais contundente após a Segunda Guerra Mundial. Mas a opção de Hintze pela aproximação à sociologia e seu ceticismo quanto ao modo tradicional de se pensar as individualidades históricas são exemplos de uma mudança na configuração historiográfica ocidental e sua relação com o poder estatal centralizado. Como veremos no próximo capítulo, o distanciamento de Hintze em relação ao paradigma Prussiano nos anos republicanos, traz um outro horizonte de possibilidades para esses problemas.

Capítulo 3 – Do relativismo histórico ao tipo ideal de Estado moderno

Como exposto anteriormente, o momento do imediato pós-guerra, levando em consideração a derrota do Império Alemão em 1918 e o subsequente processo revolucionário que tomou conta do país entre 1918 e 1919, culminando na instauração da república, teve um impacto decisivo na leitura que Otto Hintze até então possuía sobre o papel do Estado Prussiano na ordem política europeia e global presentes, assim como modelo de explicação do processo histórico-social de transformação das instituições e do sistema europeu de Estados.

De um ponto de vista geral essa mudança paradigmática atingiu a historiografia alemã e o pensamento social como um todo. Tendo em mente o vocabulário teórico de Michel de Certeau (1982) como perspectiva de análise, podemos entender que pensar o lugar da historiografia alemã nos anos 20 é pensar uma forma de produção de conhecimento posta em provação.

Se por um lado com o fim da guerra pouco houve de mudança quanto aos quadros acadêmicos, que permaneceram os mesmos do fim do Império, é precisamente pelo fato desses herdeiros da tradição nacionalista do século XIX terem prosseguido em suas carreiras na República que a cobrança de uma explicação para o cenário que levou a catástrofe mundial se fez presente. Alguns teóricos e filósofos consideram em termos de hipótese, inclusive, que uma das características da consciência histórica moderna é a do surgimento de determinados modelos gerais de explicação justamente em épocas de crise ou numa atmosfera gerada pelo pós-crise, sobretudo em se tratando de momentos catastróficos ou mesmo belicistas. Segundo o filósofo político Norberto Bobbio,

Como já se notou muitas vezes, o lugar de origem e de crescimento das filosofias da história são as grandes catástrofes da humanidade, e entre estas a guerra ocupa um lugar proeminente. A filosofia da história como reflexão sistemática nasceu com a Revolução Francesa e as guerras napoleônicas (Hegel e Comte); teve seu segundo renascimento com a Primeira Guerra Mundial e a Revolução Russa (Spengler e Toynbee) (BOBBIO, 2002, p.52).

Portanto, aparentemente as filosofias da história florescem em tempos de crise, em momentos de incerteza em relação as possibilidades de uma

conexão plausível e coerente entre o presente e o passado (PAUL, 2014, p. 75).

A partir do quadro apresentado, muitos consideram que as reflexões na Alemanha após a Primeira Grande Guerra, em se tratando de uma perspectiva de análise histórica, apresentam duas atitudes básicas: um otimismo em relação as possibilidades que o conhecimento histórico em seu sentido moderno ainda poderia oferecer, e um pessimismo latente quanto aos limites e a possibilidade de desintegração da cultura ocidental.

A crise intelectual em Weimar: nacionalismo *versus* Europeísmo

Ao longo das últimas décadas, diversos historiadores e intelectuais que analisaram a atmosfera política de Weimar consideraram que tais visões “pessimistas” e “otimistas” dos usos do conhecimento histórico estavam ligadas a uma dicotomia envolvendo conservadores e liberais nos debates da República (CHO, 1999, p. 238-239), sendo que no caso dos liberais (representantes da dimensão otimista) a reflexão sobre a “crise do historicismo” já era presente desde ao menos a virada do século, enquanto que uma nova geração de intelectuais conservadores (representantes da dimensão pessimista) embarcaram nessa dimensão crítica num sentido de resposta a derrota alemã na Grande Guerra. Na visão liberal encontravam-se valores ligados à modernidade, razão, pluralidade, tolerância e democracia; os conservadores, por seu lado, se ancoravam em termos como comunidade, unidade e nacionalismo.

O olhar pessimista tem no livro *A decadência do Ocidente* de Oswald Spengler uma de suas maiores representações, se fazendo valer do que o filósofo italiano Giacomo Marramao (1995) identifica como uma antinomia presente na produção do conhecimento historicista: o resultado relativista dessa produção em comparação com a exigência de manutenção de um horizonte histórico coerente, necessário para a manutenção das recém criadas instituições republicanas.

O campo conservador, do qual Spengler pode ser considerado uma figura representativa, fazia parte de um núcleo político de rejeição a ideias liberais, disputando com os comunistas o suporte da massa populacional. Figuras como Ernst Junger e Carl Schmitt ecoavam o vocabulário Spengleriano ao utilizar expressões como “catástrofe” e “apelo à totalidade” (CHO, 1999, p. 239). Atacavam o individualismo liberal sob uma acusação de degeneração social e a democracia por uma promoção de caos. O livro de Spengler, concebido originalmente em 1911 como uma crítica a política externa do Império Alemão, sofreu uma mudança drástica após a guerra, nos dois volumes publicados em 1919 e 1922; do ponto de vista geral era uma crítica ao assim chamado “declínio do Ocidente”, mas com uma subjacente crítica política ao status democrático da República de Weimar e ao *establishment* intelectual alemão, o que perpassa portanto por uma reflexão crítica ao impacto do historicismo.

O resgate otimista do historicismo é o que está mais relacionado com os interesses teóricos de Hintze, apesar dele identificar a importância do pensamento de Spengler na formação da consciência histórica de parte dos intelectuais de Weimar, sobretudo dos conservadores.

Esse resgate encontra um de seus maiores propagadores em Ernst Troeltsch, teólogo e professor na Universidade de Berlim que foi contemporâneo de Meinecke e Hintze. Esse resgate se constituiu na obra de Troeltsch, através de uma dimensão de síntese cultural, que buscou fugir do chauvinismo nacionalista que deu origem a guerra através da busca de um padrão de valores com a capacidade de dar unidade e sentido às análises do passado, o que ele chamou de *européismo*; na prática, funcionaria como uma espécie de tentativa de se superar a dicotomia entre os conceitos de cultura e civilização, um dos fatores intelectuais que serviu de combustível para a Grande Guerra, através do estabelecimento de uma história geral da formação cultural européia, a partir da qual se poderia também analisar a história global.

A despeito de suas diferenças políticas, as visões de Spengler e Troeltsch se aproximam na medida em que ambos estabelecem críticas contundentes ao relativismo promovido pela cultura histórica moderna (CHO, 1999, p. 242), ainda que um acredite ser possível salvar tal cultura histórica enquanto o outro

insiste no seu abandono. A crítica que ambos fazem ao relativismo partia de pontos diferentes: Spengler temia o relativismo pelo potencial da cultura moderna na destruição da ordem conservadora pré-estabelecida, sendo tal reflexão compartilhada por diversos intelectuais conservadores, cada um a seu modo, no fenômeno que Jeffrey Herf (1993) chama de “modernismo reacionário”.

Troeltsch, por sua vez, encontraria bem menos eco de suas preocupações, entre seus contemporâneos liberais, como Weber e o próprio Otto Hintze. O fato de Troeltsch partir suas reflexões da teologia o fazia ter receio do quão nocivo o projeto de modernização poderia ser ao historicizar o cristianismo, ao ponto de relativizá-lo ao extremo.

A crítica que ambos fariam ao relativismo historicista levaria ao Nacionalismo como solução, no caso de Spengler, e ao Europeísmo, no caso de Troeltsch. A obra de Spengler, apesar do fato de ser tida como uma reflexão sobre a história mundial, negava uma síntese universal do processo histórico: não existiriam, de acordo com o autor, experiências gerais e universais compartilhadas por indivíduos de diferentes civilizações.

A história da humanidade, no aspecto coletivo, não teria sentido algum, nem uma verdade eterna, a despeito das afirmações feitas pelas filosofias do progresso na civilização ocidental. No lugar de uma única história universal, a existência humana seria composta por uma multiplicidade de culturas condenadas ao isolacionismo e ameaçadas, naquele contexto, pelas tendências relativistas de reflexão intelectual. Ao defender o aspecto único e irretocável de cada civilização, Spengler criou paradoxalmente um argumento que beirava o universalismo: o de que a singularidade de cada civilização seria determinada por leis de morfologia, de transformação. Cada civilização teria sua unicidade, mas todas se assemelhariam num movimento cíclico de ascensão ao declínio(CHO,1999).

A Primeira Guerra Mundial, nessa medida, representaria a fase de declínio da civilização ocidental. Tal como Nietzsche havia criticado o otimismo histórico do século XIX, o pessimismo Spengleriano tinha como alvo a ideologia hegeliana do progresso. E como antídoto ao relativismo, apesar da civilização

ser a categoria básica de sua compreensão histórica, Spengler pensava a valorização da nação através do nacionalismo.

Seu pessimismo quanto a possibilidade de sobrevivência do que se entendia por civilização ocidental era o motor político para inflamar o nacionalismo, uma vez que compreendia papéis diferentes para as nações nesse processo de declínio civilizacional. O aspecto central da valorização da nação nas reflexões Spenglerianas eram a rejeição da democracia e dos valores da Europa Ocidental. O parlamentarismo seria algo alienígena, por exemplo, para a cultura alemã (CHO,1999,p.250), e toda a turbulência política da era de Weimar apenas serviu como parâmetro para o aumento das certezas que Spengler tinha. Ao fim, o que se pode concluir é que o nacionalismo de Spengler possuiu uma característica pretensamente anti-europeia, sobretudo com relação aos valores da Europa ocidental e a possibilidade de uma unidade transnacional entre os europeus.

O europeísmo liberal de Troeltsch, por outro lado, possuiria um sentido diferente em comparação a Spengler, apesar de ambos temerem o relativismo histórico. Troeltsch, em suas reflexões, subscrevia a tendência historicista de considerar que as civilizações possuem suas próprias unidades históricas, sem a aplicação de princípios universalizantes. Ele encarava o mesmo problema de Spengler: ao advogar um multiculturalismo civilizacional, não conseguia justificar a descontinuidade histórica apregoada pelo desencontro entre as diferentes civilizações. Apesar disso, os princípios do historicismo eram mais notáveis do que na obra de Spengler, já que não caía na possibilidade do estabelecimento de leis de transformação civilizacional. Na obra de Troeltsch, a tradição historicista mostrava sua força e ao mesmo tempo seus limites e, como já dito, tinha no europeísmo a solução para o problema do relativismo.

A resposta de Hintze para o dilema do relativismo historicista

A respeito das reflexões de Troeltsch, Hintze publicou um artigo em 1927, na *Historische Zeitschrift*, intitulado *Troeltsch e os problemas do historicismo*. Nele, toda a concepção de Hintze acerca da consciência histórica moderna é sintetizada, a luz das mudanças em seu pensamento ao longo da década de 1920, justificando os caminhos que a sua análise comparada dos Estados europeus tomou em seus últimos anos de carreira.

No ensaio de 1927, ao dialogar com o debate axiológico lançado por autores como Heinrich Rickert e Max Weber, Hintze direcionou sua discussão teórica e epistemológica para uma revisão da relação entre a produção historiográfica e os valores na história em uma perspectiva "desencantada", o que o ajudava precisamente a pensar o papel das nações e das instituições dos Estados nacionais modernos no *continuum* histórico.

O início do argumento de Hintze sintetiza as leituras positiva e negativa do conceito de historicismo daqueles anos, que citei anteriormente. É preciso destacar que uma das características curiosas das obras de Hintze, sobretudo em sua fase na década de 1920, é a considerável quantidade de resenhas e diálogos interdisciplinares que ele realiza com outros autores, sendo que boa parte de suas contribuições teóricas surgiram em textos que, em tese, eram propostas de reflexões sobre a obra de terceiros.

Aqui temos como tendência uma resposta a Troeltsch, mas que acaba assumindo um caráter muito maior, podendo ser o equivalente, para a obra de Hintze, ao que o livro *Apologia da história* foi para a obra do historiador francês Marc Bloch. Em resumo, o argumento de Hintze é claro: para resolver as contradições provocadas pelos impactos da idéia de que tudo é histórico, seria preciso tratar essa assertiva como uma consideração acerca do modo com o qual nós acessamos o conhecimento sobre a realidade, e não como uma *Weltanschauung*, uma visão de mundo.

Os paradoxos e antinomias do problema do historicismo, segundo ele, só se resolveriam desse modo, considerando-o como somente uma forma de se

compreender a realidade à luz de uma construção processual, e não como uma visão de mundo. Assim, a idéia do pensar historicamente estaria livre das acusações de conduzir o gênero humano para uma sociedade relativista e incapaz de agir no presente.

Os esforços teóricos de Troeltsch, por mais que fossem válidos no sentido de tentativa de superação dos paradoxos e conseqüências políticas do historicismo, não eram bem sucedidos pelo fato do autor não construir uma distinção clara entre visão de mundo e método, e é nesse caminho que Hintze procura seguir, trazendo a tona o debate axiológico da sociologia weberiana, tema a partir do qual pensava a sua escrita da história naqueles anos. Sobre o pensar historicamente como algo fundamentalmente metodológico, Hintze afirma que

O que nós chamamos de historicismo é uma nova e peculiar estrutura de categoria histórica que começou a surgir no Ocidente no século XVIII e adquiriu recorrência no XIX, particularmente na Alemanha, mas não só. É caracterizado pelos conceitos de individualidade e desenvolvimento, que postulam uma visão da realidade histórica baseada na analogia da unidade vital e da unidade processual (HINTZE, 1975g, p. 390).

Entender que tudo é histórico tem seu fundamento, portanto, na relação mútua entre as individualidades históricas em relação ao devir, a um processo de desenvolvimento que considera a realidade como dialética, e não estática. Aqui, o que ele chama de unidade vital (*Lebeseinheit*) é uma categoria derivada do pensamento de Wilhelm Dilthey, cujas definições sobre a natureza das ciências do espírito tiveram papel fundamental na maneira complexa com a qual Hintze lidava com a ideia de individualidade histórica, em comparação com a tradição alemã.

Assim como seu professor, Hintze via na psicologia um elemento fundamental para entender qualquer produção de conhecimento de orientação histórico-sociológica. Ele define a história como um conhecimento que tem como objeto tudo aquilo que tem sua gênese no espírito ou mente humana, ou seja, produção cultural, dentro de uma perspectiva temporal específica.

Enfatizando tais aspectos, Hintze estabelece uma leitura contrária ao otimismo de Troeltsch, por considerar que a visão religiosa de Troeltsch o levaria a uma busca por valores últimos na tradição ocidental, confundindo o sentido de se pensar historicamente com uma esfera de valores e ética absoluta.

Como afirma o historiador Marcelo Durão Rodrigues da Cunha, Hintze enxergava em Troeltsch que a "falta de atenção para com o problema fundamental da lógica cognitiva - ou de uma "psicologia das ciências humanas" - o impediria de perceber como a independência da atividade espontânea da consciência individual poderia contribuir para superar as aporias do pensamento e da própria realidade histórica" (CUNHA, 2017, p. 136). A preocupação que o teólogo possuía quanto ao impacto da relativização de valores atribuída a uma visão pejorativa do historicismo é, portanto, vista por Hintze como exagerada, já que fundamentalmente o historicismo deveria ser tratado como uma forma de compreender como conhecemos a existência.

Tal separação entre visão de mundo e método, defendida por Hintze, leva a hipótese levantada por Leonard Smith (2009), de que no início do século XX a historiografia passou por um intenso processo de secularização e afastamento dos idealismos políticos do século anterior.

Do ponto de vista das análises de Hintze acerca dos Estados nacionais, além da ausência da perspectiva prussiana como referência, temos na aproximação definitiva do autor com a sociologia um elemento decisivo, levando a uma reconfiguração da sua ideia de Estado. Ele consolida a imagem do Estado nacional como não sendo uma instituição ou fenômeno que existe de modo independente dos grupos sociais, mas como um aparato racionalizado que altera seu propósito de acordo com as circunstâncias externas e as alterações na distribuição de poder.

Nesse sentido, a principal hipótese de Hintze acerca das nações europeias seria a de que a democracia representativa é o *Telos* sob o qual está assentado o processo de desenvolvimento das mesmas. Afinado com o status quo republicano daqueles anos, Hintze enxerga no parlamentarismo uma transformação do sistema de monarquias constitucionais presentes na Europa

pré-guerra, e utiliza de seu método comparativo, mas agora sobretudo observando não só as semelhanças e diferenças entre os Estados europeus, mas também entre diferentes regiões em escala mundial.

Nessa medida, observa-se da parte do autor uma necessidade de construir um limite entre a sociologia e a historiografia, no que concerne o método comparativo: enquanto a primeira o utiliza para encontrar elementos em comum nos fenômenos comparados e criar uma hipótese geral, a segunda busca na comparação estabelecer as individualidades de cada processo. Ou seja, a conclusão de que o sistema representativo é uma característica européia passa por uma noção de particularidade desse processo em comparação com outras regiões.

Através de uma concepção tipológica semelhante aos tipos ideais em Weber, os ensaios de Hintze, sobretudo no final da década, levam a uma reflexão sobre o papel das democracias liberais no contexto do pós guerra, sobretudo em um momento que alternativas autoritárias se consolidavam aos poucos naqueles anos. Para tratar das nuances dessa hipótese, se faz necessária a análise dos ensaios em relação ao contexto de sua produção, o que é o próximo ponto.

As configurações tipológicas dos sistemas estatais no Ocidente

Na virada dos anos 1920 para os 1930, as considerações teóricas de Hintze acerca do desencantamento dos Estados geraram uma sequência de estudos nos quais o historiador definiu uma série de modelos tipológicos que o ajudavam construir um panorama do desenvolvimento comparado das sociedades ocidentais. Esses ensaios revelam como Hintze modificou e refinou tanto a sua definição de Estado quanto sua noção de método comparativo (GILBERT, 1975, p.22).

Entre 1929 e 1931 três ensaios foram publicados pelo autor, cada qual lidando com uma estrutura tipológica: *Essência e difusão do Feudalismo* (HINTZE, 1968a), de 1929, com a ideia de Feudalismo; *Tipologia das instituições estamentais do ocidente* (HINTZE, 1968d), de 1930, lidando com a

noção de Estamento; e *Essência e transformação do Estado moderno* (HINTZE, 1968b), pensando a noção de Estado. Juntamente com outros ensaios produzidos nesse momento, esses três ensaios compõem uma tipologia histórica geral acerca do desenvolvimento das instituições nas nações ocidentais (SMITH, 2009, p. 249) e marcam um ponto fundamental nos estudos da civilização europeia enquanto realidade sócio-histórica. Portanto Hintze, assim como Max Weber, desenvolveu uma série de metodologias que racionalizaram e secularizaram completamente a Historiografia.

Em uma perspectiva geral, a principal hipótese que circula os últimos ensaios comparativos de Hintze é a de que é possível estabelecer uma linha processual entre as diferentes formas a partir das quais os sistemas de Estado se desenvolveram ao longo do processo histórico do Ocidente, da Idade Média ao século XX. A partir disso, ele acreditaria conseguir preencher uma série de lacunas como, por exemplo, em relação ao fato de que até aqueles inícios de anos 1930 não terem existido estudos aprofundados sobre as instituições Estamentais europeias, quer seja na Alemanha ou em outro país (HINTZE, 1968d, p. 79)

Outra lacuna que ele buscou preencher fazia parte de uma dimensão crítica que ele possuía à sociologia de seu tempo. Segundo Hintze, existia uma tendência, talvez por falta de apoio da dimensão historiográfica, de uma não observação de especificidades do desenvolvimento político de cada país europeu, no sentido do processo de desenvolvimento das instituições políticas.

Apontando como exemplos as obras de filósofos como Wilhelm Wundt e sociólogos como Franz Oppenheimer, ele denuncia uma característica teleológica absoluta no modo como tratam o processo histórico-institucional na Europa, como se todos os países tivessem passado, ao mesmo tempo, do feudalismo e do sistema de estamentos para o sistema político moderno (HINTZE, 1975f, p. 306).

As primeiras hipóteses que Hintze buscou tratar, nesses ensaios, são duas: a de que as estruturas estamentais surgidas na baixa Idade Média representaria a ancestralidade do modelo constitucional moderno; e em segundo lugar, que essas estruturas são uma tipologia aplicável somente ao ocidente europeu, quer seja de um modo geral ou levando em consideração a

existência de subdivisões dentro desse modelo tipológico (HINTZE, 1968d, p. 79), e tal consideração só poderia ser feita a partir do método comparativo. Dentre as características desse tipo ideal, destacam-se a ausência de unidade em torno de um poder central e a preponderância de uma noção privada de direito (HINTZE, 1968d, p.80-81).

Além disso, ele se constitui, de acordo com a leitura de Hintze, de dois modelos diferentes: uma instituição estamental de base bicameral (no qual os representantes das divisões estamentais se reúnem em duas câmaras no parlamento), como no caso da Inglaterra, ou tricursal (clássica divisão entre primeiro, segundo e terceiro Estados), como no caso Francês; no primeiro caso, levou a um fortalecimento do Parlamentarismo e, no segundo caso, do Absolutismo (HINTZE, 1968d, p. 83).

De um modo geral, Hintze procura pensar se, ainda que com muitas ressalvas, é possível considerar os estratos superiores da sociedade estamental como representantes políticos em um modo análogo e anterior a do sistema representativo contemporâneo.

Hoje, a ideia de constituição representativa está associada a forma de Estado republicana, mas segundo Hintze não é equivocado afirmar que sua origem está nas monarquias do Antigo Regime (HINTZE, 1975f, p. 305). Comparando com o sistema político atual, o monarca seria a representação da unidade do Estado, enquanto que os grupos sociais que compõem os estamentos representam o lugar que hoje é ocupado pela sociedade civil, podendo, portanto, afirmar que existe uma analogia entre ambas as polarizações. Levando em consideração tal hipótese ele afirma que, de algum modo, é até difícil em certo ponto estabelecer limites entre as duas formas de sistema político, uma vez que existem casos como o da Inglaterra em que o sistema bicameral permanece até o mundo contemporâneo, ou na França durante a Revolução, já que o terceiro estado se converteu em centro da assembléia nacional francesa (HINTZE, 1975f, p. 305).

Como disse, a outra hipótese inicial de Hintze versa sobre uma originalidade acerca das instituições europeias ocidentais: o fato de os sistemas estamentais representativos surgirem e se encontrarem, como

fenômeno autóctone, no ocidente europeu. A resposta que o historiador dá é clara: o feudalismo e a igreja católica foram fundamentais para o sistema estamental e representativo, além de uma forma peculiar da formação estatal no ocidente, que pôs uma disputa permanente entre povos singulares por poder, mas ao mesmo tempo sem conduzir a uma união geral em um império universal como fora o Romano.

A partir disso, portanto, ele se põe defronte a dois fenômenos que entende serem tipicamente ocidentais: o sistema europeu de estados e o Estado soberano moderno. Sem esse sistema de Estados e sua tendência de lutas constantes e rivalidade e, com isso, sem a racionalização da atividade do Estado, não haveria o surgimento de uma constituição representativa, também dependente da estrutura da vida estatal na Idade Média. Novamente usando de sua perspectiva comparativa, ele analisa diversas sociedades ao redor do mundo, no sentido de perceber quais razões para a não-existência de estruturas estamentais nesses lugares durante a Idade Média.

Partindo dessas premissas, Hintze investiga aquilo que compreendo ser uma de suas contribuições decisivas para a junção entre historiografia e sociologia e para uma análise não-idealista das instituições nacionais: a ideia de Estado moderno enquanto tipo ideal e seu processo de desenvolvimento. É o que veremos a seguir.

O Estado moderno enquanto tipo ideal em uma estrutura quádrupla

Em um de seus últimos ensaios (HINTZE, 1968b), no ano de 1931, no olho do furacão da crise que posteriormente culminaria na ditadura nazista, Hintze produziu uma reflexão muito alinhada com a atmosfera que pairava não só sobre a Alemanha, mas sobre a Europa num todo.

Aqui, o Estado moderno é pensado antes de tudo como parte de um processo de racionalização institucional que, guiado pela perspectiva do Historicismo secular de Hintze, justificaria a existência da democracia e das dinâmicas de representação política fora de uma idealização universal.

Num primeiro momento, o termo Estado surge para Hintze, independente de estar ou não configurado pela chave da modernidade, numa situação a qual ele chama de *status reipublicae*: o Estado representa uma condição na qual uma determinada comunidade se encontra capacitada para produzir um ideal coletivo de esforço e vontade pautada em um interesse comum (HINTZE, 1968b, p. 294).

Tal condição não é puramente estática, mas dinâmica na medida em que a repetição constante desse interesse, no plano das ideias, motiva a atualização do ideal coletivo. Já a sociedade trata-se do mesmo povo, mas percebido não do ponto de vista do interesse comum, mas da multiplicidade de interesses privados e isolados, sobretudo através da divisão estamental e de classes. A vida comunitária e social é pautada pela eterna relação entre Estado e sociedade, entre o público e o privado; mas a natureza desse laço entre Estado e sociedade se transforma ao longo do tempo.

Num primeiro momento da história das sociedades europeias, surge um modelo tribal de Estado, onde a organização política se dá baseada numa sociedade formada por laços consanguíneos e por uma estrutura na qual as linhagens familiares determinam os grupos sociais; assim como na polis antiga, onde a relação entre patrícios e plebeus formava a dimensão política.

No mundo medieval, Igreja e estamento militar conservavam o exercício das funções políticas mais importantes, e o Estado moderno é fundado a partir da estabilização da organização feudal; para Hintze, de tal modo nasce, através da soberania do poder estatal, uma sociedade burguesa concebida de modo individualista e submetida às normas gerais de um sistema constitucional de direitos (HINTZE, 1968b, p. 296). Com a emancipação da sociedade burguesa do domínio absoluto do estado dando origem ao Estado liberal consolidado no século XIX, com uma forma de organização pautada em um ideal de igualdade e soberania popular através da representatividade democrática.

Os anos 1920 representavam, na visão de Hintze, uma crise sem precedentes no sentido da construção de uma situação de um abandono cada vez maior dos ideais liberais em prol de um sistema de Estado total, como

apregoava Carl Schmitt à época (KELLY, 2004). Porém, dado o poder de influência da sociedade frente ao Estado na conjuntura liberal, qualquer forma de dirigismo autoritário necessitaria de um discurso demagógico para se estabelecer. Ou seja, diferentemente do Estado absolutista apartado da sociedade, o Estado total na era das massas dependeria de uma forma de legitimidade diferente, pautada na noção de que tal Estado representaria os interesses populares na prática.

Reforçando uma posição presente em suas leituras desse processo desde o pré-guerra, Hintze volta a defender a centralidade das relações internacionais como parte da dinâmica de formação dos Estados, para além das relações internas entre instituições estatais e sociedade (HINTZE, 1968b, p. 297). Agora com um certo distanciamento da situação do imediato pós guerra, Hintze vê que o novo status das relações internacionais na ordem mundial dos anos 1920 e 1930 é cada vez mais pautado em noções de organização de nível federalista transnacional, como no caso da criação da liga das nações.

Voltando a falar sobre o impacto que a concepção secular de Historicismo de Hintze tem na análise tipológica que ele realiza, a constante valorização da ideia de desenvolvimento histórico é a grande marca que essa concepção deixa em ensaios como este. Tal noção racional de desenvolvimento permite a percepção do tipo ideal em diferentes estágios, na leitura de Hintze; ou seja, o conceito não é estático, e versa sobre diferentes questões a depender do momento e contexto em que ele está sendo inserido.

No caso aqui tratado, Hintze pensa o desenvolvimento do Estado Moderno em três estágios (HINTZE, 1968b, p. 298): o primeiro, o do momento em que se fala num Estado moderno em processo de construção, abarcando da Idade Média à Revolução Francesa; no segundo estágio, o conceito versa sobre a noção de estado democrático do pós revolução francesa. O terceiro estágio ou modo de pensar o tipo ideal seria o do contexto em que Hintze vivia, em que a noção até então consolidada de Estado moderno vivia um momento de tensão entre dois pólos de mudança: ou voltada para as tendências transnacionais observadas pelo autor, ou para as diferentes formas de governo não democráticas daquele momento, como no caso do fascismo.

Além disso, outro aspecto da tipologia Hintzeana é o da composição do tipo ideal por abstrações menores, que revelam tendências que se complementam e se sobrepõem.

Isso ajuda, na visão de Hintze, a entender a relativa flutuação temporal demonstrada pela existência de diferentes estágios de processo histórico, como disse anteriormente. No caso da forma como Hintze subdivide a ideia de Estado moderno, optarei aqui por chamar de “estrutura quádrupla” as tendências reveladas pelo processo de desenvolvimento. Assim se dá a estrutura:

- O Estado moderno como estrutura soberana de poder marcada no sistema europeu de Estados;
- O Estado moderno como Estado comercial, relativo a forma capitalista-burguesa de economia e sociedade;
- O Estado moderno como Estado liberal de direito e constitucional, orientado sob valores de defesa da liberdade individual;
- O Estado moderno como Estado nacional, que reúne as tendências anteriores com uma orientação para a democracia.

Se faz necessário, agora, explorar cada um deles. O Estado moderno enquanto Estado soberano tem como sua primeira característica a secularização: afastado da tutela da Igreja, ele se impõe dentro da lógica do sistema estatal do ocidente. Segundo Hintze, “a disputa entre o Estado e a Igreja constitui um largo processo, que até hoje não chegou a uma decisão e tem sido de uma importância decisiva para as épocas da vida estatal”(HINTZE, 1968b, p.300), cujo ponto decisivo se deu com a nova ordenação eclesiástico-estatal estabelecida pela Reforma Protestante. Esse processo de divórcio entre Igreja e Estado assumiria características e consequências muito específicas na realidade de cada país, como no caso do fortalecimento do parlamentarismo na Inglaterra após a Revolução Puritana(HINTZE,1968b, p.300). A noção de soberania, dentro desse sentido, é uma categoria historicamente orientada, sobretudo pensando a história do direito na Europa. Conflitos como os que ocorreram entre Inglaterra e França no fim da Era Medieval foram fundamentais para o estabelecimento,

tanto de fronteiras mais precisas entre os países, quanto para a consolidação da centralização do poder regional nas mãos dos reis, suplantando os poderes locais de príncipes e senhores feudais.

E o que essa noção de soberania significa, em termos práticos? Segundo Hintze,

[...] é o desligamento do Estado, enquanto indivíduo, da sujeição a antigas relações de comunidade e a transição a uma autodeterminação individual. Os pressupostos disso são a independência para fora e a exclusividade do poder estatal no interior, sem excluir as instituições parlamentares, que fazem parte do poder estatal (HINTZE, 1968b, p. 302).

A principal consequência disso, portanto, é o monopólio do poder legitimamente constituído, tanto internamente quanto nas relações internacionais, uma conclusão parecida com a do monopólio de uso legítimo da força, desenvolvida por Max Weber. Outra consideração importante sobre o Estado soberano, feita por Hintze, complementando além de Weber algumas ideias de seu colega Meinecke (KROLL, 2010), é a sua tendência autoritária, historicamente falando: seu poder está baseado em um direito autoconstruído, seja esse direito “legitimado” por um monarca ou pelo povo. Essa tendência autoritária significa que o Estado moderno é um Estado de poder, uma instituição que necessita afirmar-se perante os outros para estabelecer sua soberania, numa lógica da existência de um princípio de autodefesa dos países, singularmente falando. Nesse sentido, o imperialismo é uma característica muitas vezes presente na dimensão do Estado moderno enquanto soberano.

Apesar das tendências Imperialistas serem recorrentes na história dos Estados modernos, passando pelos Impérios ultramarinos da idade moderna, por Napoleão e pelo Imperialismo inglês, para Hintze a característica fundamental da política das grandes potências europeias na dimensão da soberania é o fato da não existência de uma dominação universal dentro do círculo de povos local. Da antiguidade ao pós Primeira Guerra sempre existiu um equilíbrio de poderes no interior do continente europeu, e tal equilíbrio possibilitou o exercício da guerra como força motriz da atividade política dos Estados modernos desde seu início, ideia que ainda o aproxima de Ranke e a idealização das grandes potências europeias.

O segundo aspecto no qual o tipo ideal de Estado Moderno pode ser

dividido é o que diz respeito às estruturas econômicas e de relação comercial.

Aqui, o Estado moderno tem como característica ser um ente autônomo do ponto de vista econômico, com unidade de moeda, medidas e pesos próprios, com um sistema de mercado próprio no interior do país e relações sólidas do ponto de vista externo.

O esforço individual das instituições estatais em colocar-se frente umas as outras em termos de autonomia e predominância econômica, em transformar riqueza em poder e em potencial para guerra; todos esses fatores acabaram por se converter no signo distintivo da vida econômica do mundo dos Estados modernos, sem a qual não existiria capitalismo globalizado.

O terceiro aspecto considerado por Hintze é o do Estado moderno enquanto Estado liberal-constitucional. Esse é o aspecto que permite o conhecimento da estrutura singular de cada Estado (HINTZE, 1968b, p. 307). Cada Estado é guardião de uma ordem jurídica objetiva, além de conhecer e proteger as pretensões jurídicas subjetivas dos cidadãos, tanto de um ponto de vista privado quanto público.

As tendências orientadas nesse sentido tiveram um poderoso impulso sobretudo após a Revolução Inglesa e o advento do pensamento iluminista tanto na Inglaterra como na França. Os dois marcos fundamentais nesse sentido, sem dúvida, foram a escrita da constituição dos Estados Unidos e na Declaração dos direitos do Homem e do Cidadão na Revolução Francesa, dois dos moldes que serviram de inspiração para as constituições modernas. Junto aos direitos de liberdade pessoal, o segundo pilar da liberdade civil no Estado moderno, de acordo com Hintze (1968b, p. 308), é o sistema representativo, caracterizado pela divisão do poder estatal em diversas funções, como no poder legislativo, executivo e judiciário, funções essas encomendadas a diversos órgãos como parlamentos, governos e tribunais.

O quarto e último aspecto do tipo ideal de Estado moderno é o mesmo enquanto Estado nacional. Aqui já não se tratam dos aspectos individualistas do Estado, mas de sua dimensão coletiva. Representa a vinculação do povo a uma unidade capaz de direcionar sua atuação.

A nação, que poderia denominar-se a comunidade imediata natural do povo e que desde o começo serve como base para o Estado moderno é tratada por Hintze como provedora de um sentimento ingênuo de pertencimento comum ou da presunção de uma ascendência comum, antes de tudo sobre a base de uma comunidade linguística e cultural determinada por uma forma de leitura do passado (HINTZE, 1968b, p. 309). Essa forma de comunidade não é, todavia, um fator de integração política suficientemente vigoroso para conduzir a criação do Estado nacional em sentido próprio. Pode até ser, mas para isso depende de instituições específicas ou acontecimentos específicos. Como exemplos de acontecimentos específicos, Hintze se refere a momentos que são elencados, muitas vezes de modo arbitrário, como marcos de origem nacional, num sentido até mítico (HINTZE, 1968b, p. 310). Exemplos não faltam, como no caso dos Estados Unidos com a proclamação da independência em 4 de julho de 1776 ou o 14 de julho de 1789, na França.

Tal tipo de fraternização por datas constitui, segundo Hintze, uma unificação voluntária, base para uma noção fundamental por trás das relações entre indivíduos e o Estado: o princípio da cidadania, que torna os indivíduos não apenas objeto da ação do Estado, mas também forças ativas na legitimação e funcionamento do mesmo. Ou seja, o Estado nacional pressupõe um exercício de soberania nacional popular. Na perspectiva de Hintze,

A soberania do príncipe do antigo Estado autoritário se transforma na soberania do povo no novo Estado popular. Esta é uma mudança violenta. Como em todos os atos federativos, entra em jogo algo irracional, quase místico[...] sobre o nacionalismo do Estado secular, pode dizer-se que se converteu muitas vezes em uma espécie de substitutivo da religião (HINTZE, 1968b, p.311).

Do mesmo modo que o princípio nacional causou fundamental transformação na ideia de soberania, assim o fez em relação ao poder da razão de Estado e na economia capitalista: no lugar das dinastias, agora são as nações que se convertem em portadoras de uma política imperialista (HINTZE, 1968b, p. 311). Onde antes existiam os exércitos permanentes a serviço de reis e rainhas, agora há o serviço militar obrigatório, convertendo as forças militares em elemento constitutivo do nacionalismo continental. Outro fator influenciado pelo elemento nacional no Estado é o suporte ideológico que o mesmo dá em relação às ações institucionais, mesmo aquelas consideradas

“egoístas”; é o princípio da nacionalismo enquanto justificativa para a constituição do Estado.

Portanto, para resumir: tais são os quatro elementos que compõem o tipo ideal de Estado moderno, cada um surgindo e fundindo-se ao anterior: o Estado de poder soberano define a modernidade estatal de fins da Idade Média até meados do século XVII; o estado enquanto empreendimento capitalista e constitucional-liberal surge mais ou menos ao mesmo tempo, se estabelecendo de forma hegemônica até o século XIX, e o Estado nacional funde-se aos princípios liberais consolidando a constituição representativa, orientada para o sufrágio geral e a democracia. Como disse anteriormente, esse tipo ideal encontraria seu auge como possibilidade interpretativa até a análise da história no século XIX. Para expressar numa breve frase o tipo ideal em seu auge, Hintze diz que o Estado moderno pode ser definido como “Estado nacional burguês” (HINTZE, 1968b, p. 313), já que foi a burguesia o grupo responsável por, com seu espírito liberal-individualista e econômico-privado-capitalista, juntamente com a formação dos Estados nacionais e o desenvolvimento constitucional com tendências a democracia, expressar a orientação geral em que se move a vida histórica dos povos modernos.

Em face da crise de seu tempo, Hintze vê um claro desvio nessa orientação geral, sem que até aquele momento, em 1931, fosse possível determinar ou conhecer de uma maneira precisa uma possibilidade de direcionamento levada a cabo por essa crise. É disso que iremos tratar no próximo ponto.

O historiador frente a seu tempo: Otto Hintze e um diagnóstico sobre o futuro do Estado nacional

Na metade final de seu ensaio sobre o tipo ideal de Estado moderno, Hintze faz um exercício de reflexão acerca da situação global do início dos anos 1930. Como disse anteriormente, Hintze vê uma clara mudança no processo de desenvolvimento do Estado. Inclusive, por essa razão é que faz a defesa do uso do termo “Estado nacional burguês” para delimitar o tipo ideal

percebido até a Primeira Guerra Mundial, transferindo o uso da expressão Estado moderno para a situação em que se encontrava naquele momento.

Com a dissolução dos antigos impérios transnacionais ao fim da Grande Guerra, o mapa político da Europa se transformou profundamente (HINTZE, 1968b, p. 314). Até o momento Pré-1914, o Estado moderno, com sua constituição nacional-burguesa, era uma função do sistema de Estados europeu, com uma dinâmica de equilíbrio que operava entre unidades nacionais de pouca extensão; já o novo sistema mundial de Estados possui condições de vida política extremamente distintas.

Hintze percebe essas novas condições de vida através do novo grupo de países que pertencem à esfera das grandes potências globais, que abarcavam espaços políticos transnacionais cada vez maiores, e de uma nova maneira: com uma espécie de Imperialismo novo, de caráter mais federalista e no qual se fundem os fins do poder político e do poder econômico. Se vê isso, sobretudo, na diminuição da importância da razão de Estado pautada na guerra em favor de um vigoroso aumento da solidariedade internacional na política e na economia, solidariedade essa que indubitavelmente estaria contrária a qualquer política de extremismo nacionalista. Isso se vê, segundo Hintze, na existência de instituições tais como a Liga das Nações, o Tribunal de Justiça Internacional, na arbitragem internacional obrigatória e na proteção de minorias (HINTZE, 1968b, p. 315).

A esses fatores adiciona-se, segundo Hintze, uma nova e modificada estrutura da vida econômica, que está em constante ação conjunta as mudanças na política: o avanço do capitalismo financeiro, sobretudo através de uma forma de Imperialismo nos países periféricos; a progressiva industrialização do mundo; a “mundialização” do chamado capitalismo tardio, com o mercado lidando com federações de trabalhadores, sindicatos, cartéis e burocratização de empresas; o fortalecimento das políticas de crédito e a confusão entre essas políticas e a questão monetária que envolve pagamentos ainda relacionados a Primeira Guerra e o fim do padrão-ouro influenciando na crise econômica que se vivenciava naqueles tempos (HINTZE, 1968b, p. 315).

Também do ponto de vista econômico, uma das consequências da nova ordem política pautada na coletividade transnacional seria a crise do sistema de livre mercado, que não teria condições de lidar com essas novas estruturas. Tal problemática econômica já havia aparecido antes nos ensaios de Hintze(1975a), mas aqui ele reavalia a perspectiva econômica a partir do fim do sistema que vigorou até o pós-1914. No lugar de tal sistema, Hintze enxerga na nova ordem estatal uma substituição de princípios econômicos individualistas para princípios mais coletivistas. Segundo Hintze, isso se vê

nas sérias discussões que surgem sobre a economia planificada e a solidariedade monetária internacional, nas garantias e subvenções estatais para as empresas privadas, no começo de um controle estatal da banca, na conexão necessariamente estreita do Estado e de sua economia financeira(HINTZE, 1968b,p.315).

Toda essa transição de princípios individuais para princípios mais coletivos estaria desaguando, para Hintze, em uma transformação profunda do “corpo popular”. A estrutura da sociedade cada vez mais coletiva facilita a construção de círculos profissionais e associações que, favorecidas pela ampliação da democracia, poderiam exercer força política. Aqui Hintze está pensando num contraponto da burguesia nacional sendo feito por uma classe proletária mais forte, incluso no ponto de vista do cenário internacional.

Essa transição geral do agrupamento social individualista para o coletivo pode observar-se também do ponto de vista da vida e prática Estatal. A consciência nacional, originalmente uma criação das classes ilustradas e da burguesia, passou a perder unidade e vigor na medida que a democracia popular estava se amplificando(HINTZE, 1968b, p.317). Uma das consequências de tal fator seria uma mudança no regime de partidos políticos, que passariam a

Se entrelaçar mais e mais com as coalizões sociais e a adotar formas federativas mais rígidas. O Estado pluralista de partidos substitui o Estado nacional monista do século XIX, no qual os partidos só haviam sido propriamente modificações do espírito nacional. A luta de classes se intercala na vida do Estado, dificulta a unificação das vontades, obstaculiza a atividade parlamentar e força muitas vezes a novos métodos de governo ditatoriais(HINTZE, 1968b, p.317).

Hintze vê essas mudanças políticas como atingindo e se desenvolvendo de forma diferente em diferentes lugares. As democracias mais consolidadas, como Estados Unidos, França e Inglaterra estariam mostrando muito mais estabilidade interna, de modo que as estruturas do Estado moderno ali tinha mudanças bem menos aparentes. O mesmo não se pode dizer de lugares que

antes e durante a guerra ainda não possuíam uma constituição democrática bem configurada, que passariam a desenvolver tendências opostas ao do tipo ideal de Estado moderno.

O caso mais evidente, para Hintze, era a União Soviética, que com a Revolução de 1917 marchou para um caminho distinto ao do Estado moderno burguês. Hintze vê em cada traço da constituição Soviética uma contradição ao formato de Estado Moderno típico(HINTZE, 1968b, p.318).

O outro exemplo de tendência oposta ao tipo ideal de Estado moderno naquele momento era a Itália Fascista(HINTZE,1968b,p.319). Inexiste nesse modelo a ideia de soberania estatal, na medida em que existe um domínio completo do Estado por um partido único, com uma constituição oposta aos valores do Estado moderno liberal. Diferente do modelo soviético, porém, na Itália Fascista o ideário nacional estaria tendo um papel preponderante. O rei, os ministros, a representação popular, o governo, a legislação, a justiça: tudo isso é remodelado em prol do ideal nacional.

Segundo Hintze, é impossível, nesse contexto, tirar do caminho estes novos fenômenos da vida estatal apenas qualificando-os de modo pejorativo, como alguns países costumam fazer, vide o caso francês. Os tratados de paz de 1919 não restabeleceram de modo algum o equilíbrio perturbado do sistema de energia política do mundo: as condições de vida para as quais os países que mais perderam com o conflito foram jogadas favorecem a difusão de sistemas de governo e Estado alternativos ao padrão do Estado moderno, como é o caso soviético e fascista. Os Estados recém-instituídos pela política dos vencedores do conflito carecem de estabilidade política, em uma perspectiva bastante séria.

É claro que naquela circunstância ele tinha em mente a Alemanha que, para usar as palavras dele, se encontrava em uma “situação especialmente desgraçada” (HINTZE, 1968b, p. 321). Não se trata de dar uma explicação política, mas de apenas simplesmente realçar as condições da vida política na Alemanha em comparação as condições geralmente encontradas em um tipo ideal de Estado moderno.

Ao povo estava-se fazendo impossível a existência normal de um Estado nacional, num contexto em que a liberdade e a igualdade de direitos estariam sendo ameaçadas, condições fundamentais para a existência desse modelo de Estado. A isso junta-se a crise econômica e os ainda devastadores efeitos das reparações de guerra, com a soberania nacional sendo constantemente atacada e a política partidária jogada ao radicalismo de forças que não possuem nenhum compromisso com a manutenção do *status quo* republicano. É claro que por esse lado Hintze estava pensando no crescimento assustador do partido Nazista, que vinha ano a ano ganhando mais eleitores e adeptos.

Hintze diz que esse era um cenário análogo em alguns países que oscilavam entre as três condições citadas anteriormente, o das democracias consolidadas, o Soviético e o Italiano. Na Alemanha, na Polônia, Na Iugoslávia, a grande fenda deixada pela Guerra na vida Estatal era visível em diversas circunstâncias(HINTZE, 1968b, p.321). Era o velho mundo da política se desmoronando, sem que houvesse exatamente qualquer forma de saber o quanto isso iria afetar o status do Estado moderno burguês.

A burguesia europeia, que até então dava suporte de modo predominante ao Estado nacional, estava parecendo de encontro a sua dissolução, ou ao menos estava perdendo sua influência política. O enfoque entre fatores nacionais e internacionais estava continuamente aparecendo como contraposições irreconciliáveis, sendo que na realidade tudo gira no fato de se o nacionalismo iria manter sua tendência imperialista ou se iria adotar uma tendência de união transnacional federalista, como parecia exigir o futuro.

E isso tudo, é claro, se dá pelo fato de que não se deveria esperar um desaparecimento completo das nações enquanto portadoras de parte de um sentido existencial da vida futura dos povos. Só cabe se perguntar se tais nações iriam conservar o duro e exclusivista egoísmo da razão de Estado e da economia, ou se iriam se abrir para um modo mais humanista de ação, em um federalismo de Estados livres como sonhava Kant em sua “Paz perpétua”. Dessa escolha é que dependeria o futuro do tipo ideal de Estado moderno. É claro, Hintze jamais poderia imaginar o que o futuro reservaria para a Alemanha, dois anos depois.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Berlim, 18 de Novembro de 1933—Otto Hintze para Friedrich Meinecke

Caro Meinecke,

Faz parte da trágica natureza de nossos tempos que velhas amizades se estremeçam. Mas eu penso que é melhor deixar a corda que uma vez produziu uma nota completa desaparecer e morrer silenciosamente do que separá-la com uma nota estridente de discórdia.

E nesse espírito, permaneço.

Seu

Otto Hintze

Começando com uma carta, nada mais justo do que terminar com a continuação da história(RITTER,2010). Meses após enviar a outra carta, Hintze rompe definitivamente sua amizade de 45 anos com Meinecke. Uma grande e triste ironia é pensar que uma relação marcada por divergências intelectuais chegaria a um ponto de declínio por conta de uma crise político-existencial marcada precisamente por choque de visões de mundo.

De algum modo, ambos representavam duas faces de uma mesma tradição intelectual. Meinecke através das ideias, Hintze através das instituições; um afirmava que o elemento norteador da consciência histórica moderna é a individualidade, o outro afirmava que era a noção de processo; Historicismo enquanto visão de mundo ou enquanto paradigma científico. Ao fim, ambos falavam a mesma língua, que acreditava-se ser produtora de sentidos fundamentais para a compreensão da condição humana em uma modernidade desfeita de dogmas e valores absolutos.

A geração de Hintze ascendeu à academia num mundo em que a história cada vez mais dominava o contexto da política e a formação da consciência nacional, como vimos uma das principais formas de identificação social no mundo pós Revolução Francesa.

Não foi à toa que os alemães se tornaram centrais para as bases epistemológicas e até ontológicas da disciplina e para a construção dos ideais de nação no século XIX.

Fruto de um processo de unificação tardia, a diversidade de culturas era uma realidade do ambiente de língua alemã, justificando o entendimento deles sobre o significado da noção de diversidade nacional. Porém, foram as condições históricas específicas da Prússia que levaram a um tipo de discurso que centralizava o Estado nacional enquanto referência idealizada e sacralizada da promoção de sentido histórico nos tempos da unificação e consolidação do Império.

O mundo pós 1890 passou por transformações fundamentais. Do ponto de vista da historiografia e das ciências humanas em geral, sobretudo através da influência de figuras como Dilthey, a ascensão de uma visão secular de historicismo promoveu as bases para uma crítica contundente ao idealismo histórico que justificava o poder do Estado. E com a derrota do Império alemão na guerra, tal declínio do projeto borussianista se consolidou.

Os anos de Weimar representaram a consolidação da crise, não tanto do relativismo histórico, mas da capacidade da concepção moderna de história de produzir sentidos específicos. Saídas através da defesa de um nacionalismo reacionário ou de uma concepção cosmopolita de tradição e cultura ocidentais tomaram conta do ambiente intelectual naquele momento.

Em meio a tal imbróglio, Hintze viu em uma aproximação com a sociologia e com uma visão cada vez mais dessacralizada do passado histórico possíveis soluções para diversos problemas que se colocavam na ordem do dia. Tal escolha fez dele grande referência nos estudos sobre as instituições ocidentais e sobre a história comparada, além de ser um importante ancestral da história social alemã.

Muito provavelmente, o destaque da historiografia francesa a nível mundial foi uma das razões para o “apagamento” da história social alemã anterior a 1945, sobretudo do próprio Hintze. A primeira geração dos Annales, sobretudo na figura de Marc Bloch, também lidou com temas parecidos com os de Hintze,

como no caso dos estudos sobre a Idade Média e o método comparativo. De todo o modo, é possível afirmar que a contribuição de Hintze para um outro entendimento do desenvolvimento das nações, num sentido mais generalista, é fundamental.

Como posto na última seção deste trabalho, em seus últimos anos produzindo ensaios Hintze cada vez mais se associou a uma concepção de expansão da democracia como fator político das nações e a aceitação da transnacionalidade como possibilidade aberta de futuro, mesmo em meio a tendências autoritárias na disputa por tal futuro.

Pensando na realidade da ordem mundial do pós 1945, é até curioso se perguntar como Hintze veria o mundo da globalização: a existência da ONU e da União Europeia, o resultado da mundialização do capitalismo e suas recorrentes crises, a relação centro x periferia, a crise dos refugiados, a ascensão da nova extrema-direita e dos neonacionalismos. O fato é que já não estamos mais nos anos 1930, mas temos a nossas próprias crises civilizacionais para lidar.

Nesse sentido, uma possível pergunta a partir da visão transnacional de Hintze seria: quais as possibilidades, hoje, de uma história que lide com a existência das nações e dos Estados nacionais sem cair no nacionalismo e em suas implicações ideológicas?

Uma possível resposta passa pelas reflexões daquilo que hoje é chamado de História Global (*Global History*) e suas possíveis associações com a ideia de história comparada. A História Global, segundo alguns de seus intérpretes, tem feito aflorar alternativas historiográficas que buscam romper com o padrão unilinear, eurocêntrico e ocidental de observação (BARROS, 2014, p. 88). Mesmo não lidando diretamente com questões nacionais, a mescla entre História Global e a perspectiva comparada pode render possibilidades interessantes para se pensar o sistema de relações internacionais.

Não penso, com isso, que a proposta de Hintze, em seus ensaios de aplicação do método comparativo, tivessem algum tipo de pretensão próxima

ao que é a História Global hoje. Porém, é uma possibilidade real e interessante, a junção dos métodos.

Em suma, o que pretendi nesse trabalho foi explorar um tema basilar da historiografia e ao mesmo tempo estabelecer um exemplo de análise a partir de um autor pouco explorado. Com isso, foi possível demonstrar também outra dimensão da complexidade da historiografia alemã de finais do século XIX e início do XX, que muitas vezes passa por interpretações equivocadas. Além disso, tratar de autores pouco conhecidos é uma forma interessante de explorar lugares fora da historiografia tradicionalmente reconhecida podendo, portanto, aumentar um escopo de análise e abrir outras frentes de obtenção de conhecimento da área.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

TEXTOS DE OTTO HINTZE:

HINTZE, Otto. Appendix: Inaugural speech of Mr. Hintze. In: SMITH, Leonard S. **The expert's historian: Otto Hintze and the Nature of Modern Historical Thought**. Oregon: Pickwick Publications, p.91-94, 2017.

HINTZE, Otto. Economics and politics in the age of modern capitalism. In: **The historical essays of Otto Hintze**. New York: Oxford University Press, pp.424-452, 1975a.

HINTZE, Otto. Esencia y diffusion del feudalismo. In: **Historia de las formas políticas**. Madrid: Biblioteca de política y sociología – Revista de occidente, pp.37-77, 1968a.

HINTZE, Otto. Esencia y transformación Del Estado moderno. In: **Historia de las formas políticas**. Madrid: Biblioteca de política y sociología – Revista de occidente, pp.293-322, 1968b.

HINTZE, Otto. Germany and the world powers. In: WHITELOCK, William Wallace (transl.) **Modern Germany in relation to the Great War**. New York: Mitchell Kennerley, 1916.

HINTZE, Otto. **Gesammelte Abhandlungen I**. Leipzig: Koehler & Amelang, 1941.

HINTZE, Otto. **Gesammelte abhandlungen**. Gottingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1962.

HINTZE, Otto. La configuración de los Estados y el desarrollo constitucional: estudio histórico-político. in: **Historia de las formas políticas**. Madrid: Biblioteca de política y sociología - Revista de occidente, pp.15-35, 1968c.

HINTZE, Otto. Military organization and the organization of the state. In: **The historical essays of Otto Hintze**. New York: Oxford University Press, pp.178-215, 1975b.

HINTZE, Otto. Prussian reform movements before 1806. In: **The historical essays of Otto Hintze**. New York: Oxford University Press, pp. 64-87, 1975c.

HINTZE, Otto. The Hohenzollern and the nobility. In: **The historical essays of Otto Hintze**. New York: Oxford University Press, pp.33-63, 1975d.

HINTZE, Otto. The Individualist and the Collective approach to History. In: **The historical essays of Otto Hintze**. New York: Oxford University Press, p. 360-367, 1975e.

HINTZE, Otto. The preconditions of representative government in the context of world history. In: **The historical essays of Otto Hintze**. New York: Oxford University Press, p.305-353, 1975f.

HINTZE, Otto. Tipologia de las instituciones estamentales de Occidente. In: **Historia de las formas políticas**. Madrid: Biblioteca de politica y sociologia – Revista de occidente, pp.79-101,1968d.

HINTZE, Otto. Troeltsch and the problems of historicism: critical studies. In: **The historical essays of Otto Hintze**. New York: Oxford University Press, p.370-421,1975g.

TEXTOS DE APOIO:

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANDERSON, Perry. **Linhagens do Estado absolutista**. São Paulo: Unesp, 2016.

ANKERSMIT, Frank. **Meaning, truth and reference in historical representation**. New York: Cornell university press, 2012.

ARAUJO, Valdei. História da historiografia como analítica da historicidade. **História da Historiografia**. Vol. 6, n.12, p. 34-44, jul, 2013.

ARMITAGE, David. A virada internacional na História Intelectual. In: **Intelligere, Revista de História Intelectual**. vol 1, n.1, p.1-15, dez, 2015 .

ÁVILA, Arthur. "Povoando o presente de fantasmas": feridas históricas, passados presentes e as políticas do tempo de uma disciplina. In: **Expedições** - teoria da história e historiografia.vol. 7, n. 2, p. 189 - 209, Ago – Dez, 2016.

BENTIVOGLIO, Julio. Cultura política e historiografia alemã no século XIX: a Escola Histórica Prussiana e a Historische Zeitschrift. In: **Revista de Teoria da História**.Vol. 1, n.3, p. 20-58, jun, 2010.

BERGER, Stefan. **Inventing the Nation**: Germany. New York: Oxford University Press, 2004.

BERGER, Stefan. National historians as guardians of national identity in nineteenth and twentieth century Europe. In: CASPISTEGUI, Francisco Javier (ed). **Historia y globalización**: VIII Conversaciones Internacionales de Historia. Navarra: Ediciones Universidad de Navarra, S.A, p.195-213, 2012.

BERGER, Stefan. The national tradition in German Historiography (1800-1960). In: **The search for normality**: National identity and Historical Consciousness in Germany since 1800. New York: Berghahn Books, p.21-55,1997.

BERGER, Stefan; DONOVAN, Mark; PASSMORE, Kevin. Apologias for the nation-state in Western Europe since 1800. In: **Writing National Histories: Western Europe since 1800**. New York: Routledge, p. 3-14, 1999.

BERGER, Stefan. Building the nation among visions of German Empire. In: BERGER, Stefan; MILLER, Alexei. **Nationalizing empires**. New York: Central European University Press, pp.247-308, 2015.

BHABHA, Homi K. Disseminação. O tempo, a narrativa e as margens da nação moderna. In: **O local da cultura**. Belo Horizonte, UFMG, p.198-238, 1998

BLANKE, Horst Walter. Para uma nova História da Historiografia. In: MALERBA, Jurandir. **A história escrita: teoria e História da Historiografia**. São Paulo: Contexto, p. 27-64, 2006.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou O ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BOBBIO, Norberto. **O problema da guerra e as vias da paz**. São Paulo: Unesp, 2002.

BREISACH, Ernst. **Historiography: Ancient, medieval and modern**. Chicago: University of Chicago Press, 2007.

CALDAS, Pedro Spinola Pereira. Johann Gustav Droysen (1808-1884). In: PARADA, Maurício. **Os historiadores clássicos da história, vol.2: de Tocqueville a Thompson**. Petrópolis: Vozes: Puc-Rio, 2013.

CAMPOS, Carlos Eduardo da Costa. A história comparada e suas vertentes: uma revisão historiográfica. In: **Historiae**. V.2,n.3, p. 187-295, 2011.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: forense universitária, 1982.

CHAKRABARTHY, Dipesh. **Provincializing Europe: postcolonial thought and historical difference**. Princeton: Princeton University Press, 2000.

CHICKERING, Roger. **Karl Lamprecht: a German academic life (1856-1915)**. New Jersey: Humanities Press International, 1993.

CHO, Joanne Miyang. Historicism and civilizational discontinuity in Spengler and Troeltsch. **Zeitschrift fur religions - und geistesgeschichte**, vol.51, No.3, pp. 238-262, 1999.

COVENSKY, Milton. **Otto Hintze and historicism: A study of the transformation of German Historical Thought**. PhD diss., University of Michigan, 1954.

CUNHA, Marcelo Durão Rodrigues da. **A história em tempos de crise: Friedrich Meinecke (1862-1964) e os problemas do historicismo alemão.** Vitória: Tese de doutorado em história - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, 2017.

CUNHA, Marcelo Durão Rodrigues; BENTIVOGLIO, Júlio César. **A religião da história: as raízes teológicas da moderna ciência histórica em Humboldt, Ranke e Droysen.** Serra: Editora Milfontes, 2018.

DETIENNE, Marcel. **A identidade nacional, um enigma.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

DILTHEY, Wilhelm. **A construção do mundo histórico nas ciências humanas.** São Paulo: Editora Unesp, 2010.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: Volume 2 - Formação do Estado e civilização.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011.

GADAMER, Hans-Georg. **O problema da consciência histórica.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003,.

GEHARD, Dietrich. Otto Hintze: His work and his significance in historiography. **Central European History**, v. 03, No. 1/2, pp.17-48, Mar-Jun, 1970.

GELLNER, Ernest. O advento do nacionalismo e sua interpretação: os mitos da nação e da classe. In: BALAKRISHNAN, Gopal. **Um mapa da questão nacional.** Rio de Janeiro: Contraponto, p.107-154, 2000.

GILBERT, Felix. Otto Hintze (1861-1940). In: HINTZE, Otto. **The historical essays of Otto Hintze.** New York: Oxford University Press, pp.3-30, 1975.

GUIBERNAU, Montserrat. **Nacionalismos: o Estado nacional no século XX.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1997.

HABERMAS, Jurgen. **O discurso filosófico da modernidade: doze lições.** São Paulo: Martins Fontes, 2000.

HABERMAS, Jurgen. O estado nacional europeu - sobre o passado e o futuro da soberania e da nacionalidade. In: **A inclusão do outro: estudos de teoria política.** São Paulo: edições Loyola, pp.121-,145, 2002.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HARTOG, François. **Crer em história.** São Paulo: Autêntica, 2017

HARTOG, François. **Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

HEIDEGGER, Martin. **Ser e Tempo.** Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

HERF, Jeffrey. **O modernismo reacionário**: tecnologia, cultura e política em Weimar e no Terceiro Reich. São Paulo: Ensaio, 1993.

HOBBSAWM, Eric. **A Era dos Impérios**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

HOBBSAWM, Eric. Etnia e nacionalismo na Europa de hoje. In: BALAKRISHNAN, Gopal. **Um mapa da questão nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, pp. 271-282, 2000.

HOBBSAWM, Eric. **Nações e nacionalismos desde 1780**: programa, mito e realidade. Rio de Janeiro: editora Paz e Terra, 1991.

IGGERS, Georg. Historicism: The history and meaning of the term. In: **Journal of the History of ideas**. Vol. 56, No. 1, pp.129-152, Jan, 1995.

IGGERS, Georg. Nationalism and historiography, 1789-1996: The German example in historical perspective. In: BERGER, Stefan; DONOVAN, Mark; PASSMORE, Kevin. **Writing National Histories**: Western Europe since 1800. New York: Routledge, p. 3-14, 1999.

IGGERS, Georg. The Decline of the Classical National Tradition of German Historiography. In: **History and Theory**. Middletown, Vol. 06, No. 03, p. 382-412, 1967.

IGGERS, Georg. **The German Conception of history**: the national tradition of historical thought from Herder to present. Middletown, CT: Wesleyan University Press, 1968.

IGGERS, Georg; WANG, Q. Edward. **A global history of modern historiography**. London: Pearson education limited, 2008.

JENKINS, Keith. **A história repensada**. São Paulo: Contexto, 2007.

JOAS, Hans; KNOBL, Wolfgang. **War in social thought**: Hobbes to the present. New Jersey: Princeton University Press, 2013.

KARADY, Viktor. La théorie de l'histoire et de la société selon Otto Hintze. In: **Annales. Histoire, Sciences Sociales**. No. 06, pp. 1291-1295, Nov- Dec. 1965.

KELLY, Duncan. Carl Schmitt's Political Theory of Representation. **Journal of the History of Ideas**, vol.65, no.1, p.113-134, Jan. 2004.

KOCKA, Jürgen. German history before Hitler: the debate about the German Sonderweg. **Journal of contemporary history**. New York: Sage publications, vol. 23, p. 3-16, 1988.

KOCKA, Jürgen. Otto Hintze and Max Weber: Attempts at a comparison. In: MOMMSEN, Wolfgang J.; OSTERHAMMEL, Jürgen. **Max Weber and his contemporaries**. New York: Routledge, p.284-296, 1987.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Editora PUC-Rio, 2006.

KROL, Reinbert A. Friedrich Meinecke: Panentheism and the Crisis of Historicism. **Journal of the Philosophy of History** 4, p.195-209, 2010.

LORENZ, Chris. Beyond good and evil? The german empire of 1871 and modern german historiography. **Journal of contemporary history**. Vol 30, pp.729-765, 1995.

MAIER, Charles S. La Historia Comparada. In: **Studia historica - historia contemporânea**. Salamanca: Universidade de Salamanca, Vol. X-XI, p.11-32, 1993.

MALERBA, Jurandir. Teoria e história da historiografia. In: **A escrita da história: teoria e história da historiografia**. São Paulo: Contexto, 2006.

MALESEVIC, Sinisa. Violência, poder e Estado-Nação: uma avaliação sociológica. In: **Tensões mundiais: revista do observatório das nacionalidades**. V.2, N.3, pp. 12-47, Jul/Dez. 2006.

MARRAMAO, Giacomo. **Poder e secularização: as categorias do tempo**. São Paulo: Editora da Unesp, 1995.

MEGILL, Allan. Introdução. Teoria da História CA. 1870-1940: objetividade e antinomias da história em um tempo de crise existencial. In: MALERBA, Jurandir, org. **Lições de história: Da história científica à crítica da razão metódica no limiar do século XX**. Porto Alegre: FGV: Edipucrs, p. 11-37, 2013.

MICHELET, Jules. **O povo**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

MUDROVICIC, Maria Inês. La nacion, el tiempo histórico y la modernidad: la historia como síntoma. **Revista de la Facultad de Filosofía, Ciencias de la Educación y Humanidades de la Universidad de Morón**. V.17, p. 25-38, 2012.

NEUGEBAUER, Wolfgang. **Otto Hintze**. Denkraume und sozialwelten eines historikers in der globalisierung, 1861-1940. Paderborn: Ferdinand Schoningh, 2015.

NOVAES, Adauto. Invenção e crise do Estado-nação. In: **A crise do Estado-nação**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, pp. 9-21, 2003.

OESTREICH, Gehard. The historical essays of Otto Hintze by Felix Gilbert; Robert M. Berdahl. **History and theory**. V. 17, n.1, pp.99-112, feb, 1978.

OSBORNE, Peter. **The politics of time: Modernity and Avant-Garde**. London: Verso, 1995.

PAUL, Herman J. A collapse of trust: Reconceptualizing the Crisis of historicism. In: **Journal of the philosophy of history**. V.2, n.1, p.63-82, 2008.

PAUL, Herman J. Tudo está estremecido: por que a filosofia da história floresce em tempos de crise? In: **Faces da história**. V1, nº2, p.73-80, jul-dez. 2014.

POMBENI, Paolo. Otto Hintze, la storia, gli idealtipi e le categorie. In: **Contemporanea**. Vol. 13, No. 01, pp. 151-155, Gen. 2010.

RANCIÉRE, Jacques. **Os nomes da história**: ensaio de poética do saber. São Paulo: editora Unesp, 2014.

RICCIARDI, Maurizio. Otto Hintze, lo Stato e il problema della pratica storica. In: **Contemporanea**. Vol. 13, No. 01, pp.163-171, Gen. 2010.

RINGER, Fritz K. **O declínio dos mandarins alemães**: a comunidade acadêmica alemã, 1890-1933. São Paulo: Edusp, 2000.

RITTER, Gehard A. **German refugee historians and Friedrich Meinecke**: letters and documents, 1910-1977. Boston: Brill, 2010.

RODRIGUES DA CUNHA, Marcelo Durão. A resposta de Otto Hintze para a crise do historicismo. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, v.13, n.32, p.115-145, abr.2020.

SCHLUCHTER, Wolfgang. **O desencantamento do mundo**: seis estudos sobre Max Weber. Rio de Janeiro: editora UFRJ, 2014.

SIMON, W.M. Power and responsibility: Otto Hintze's place in German Historiography. In: KRIEGER, Leonard; STERN, Fritz. **The responsibility of power**: historical essays. London: Macmillan, p. 199- 219, 1968.

SMITH, Anthony D. O nacionalismo e os historiadores. In: BALAKRISHNAN, Gopal (org). **Um mapa da questão nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

SMITH, Leonard S. **Religion and rise of history**: Martin Luther and the cultural revolution in Germany, 1760-1810. Oregon: Cascade Books, 2009.

SMITH, Leonard S. **The expert's historian**: Otto Hintze and the Nature of Modern Historical Thought. Oregon: Pickwick Publications, 2017.

SMITH, Leonard. **Otto Hintze's Comparative Constitutional History of the West**. PhD diss., Washington University, 1967.

STERN, Fritz. **O mundo alemão de Einstein**. São Paulo: Companhia das Letras, p. 246, 2004.

TURIN, Rodrigo. História da Historiografia e memória disciplinar: reflexões sobre um gênero. In: **História da Historiografia**. Vol. 6, n.13, p. 78- 95, Dez, 2013.

WEBER, Max. **Ciência e Política**: duas vocações. São Paulo: Cultrix, 2008.

WEHLER, Hans Ulrich. **The German Empire**: 1871-1918. Oxford: Berg, 1997.

WHITE, Hayden. **Metahistória**: a imaginação histórica do século XIX. São Paulo: Edusp, 1992.

WHITELOCK, William Wallace (transl.). **Modern Germany in relation to the Great War**. New York: Mitchell Kennerley, 1916.

WOTKOSKY, Abner Madeira. O conceito de nação como narrativa: entre a historicidade da política e a politização da história. In: ANAIS DO II SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA POLÍTICA DA FACULDADE SABERES, 2018.

Anais eletrônicos[...]. Vitória, Faculdade Saberes, 2019. Disponível em: www.even3.com.br/Anais/iisimposiohistoriapolitica/214912-O-CONCEITO-DE-NACAO-COMO-NARRATIVA-ENTRE-A-HISTORICIDADE-DA-POLITICA-E-A-POLITIZACAO-DA-HISTORIA. Acesso em: 25 de Set. 2020.